



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SISTEMA CARCERÁRIO

EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0382/08	DATA: 15/04/2008
INÍCIO: 10h53min	TÉRMINO: 15h36min	DURAÇÃO: 4h37min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 4h36min	PÁGINAS: 132	QUARTOS: 56

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Diretora de Secretaria da 1ª Vara da Infância e Juventude e Secretária-Geral do Fórum de Abaetetuba.
GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Diretor da Secretaria da 3ª Vara da Infância e Juventude de Abaetetuba, Estado do Pará.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis.
Há termos ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dentro de 3 minutos, vamos dar início aos trabalhos da CPI do Sistema Carcerário. *(Pausa.)*

Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com a finalidade de investigar e diagnosticar o sistema carcerário brasileiro.

A CPI do Sistema Carcerário já realizou diversas diligências em 17 Estados brasileiros, visitando mais de 70 estabelecimentos prisionais, e diversas audiências públicas, realizando debates nos plenários desta Casa, com diversas autoridades, sobre o sistema penitenciário brasileiro.

Na semana passada, estivemos em diligência no Estado de São Paulo, visitando algumas unidades prisionais, realizando também audiências públicas e oitivas na Superintendência da Carceragem da Polícia Federal do Estado de São Paulo.

O objetivo desta audiência é a tomada de depoimentos do Sr. Graciliano Chaves da Mota, Diretor da 3ª Secretaria da Vara Criminal de Abaetetuba, no Pará, e da Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata, Diretora da Secretaria da 1ª Vara da Infância e Juventude e Secretaria-Geral do Fórum de Abaetetuba.

Esses 2 servidores constam do relatório da Corregedoria do Tribunal de Justiça, presidida pelo Desembargador Constantino, como 2 funcionários que teriam declarado no relatório da Corregedoria que foram induzidos pela juíza a alterar datas de documentos para tentar encobrir erros cometidos pela mesma, no caso da menor Lidiane, no Estado do Pará.

Por esse motivo, solicitamos à Secretaria da Comissão que faça entrar no plenário a Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata. *(Pausa prolongada.)*

Estamos aguardando a entrada no plenário da Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues, Diretora de Secretaria da 1ª Vara da Infância e Juventude e Secretaria-Geral do Fórum de Abaetetuba.

O caso de Abaetetuba é o da menor Lidiane, que ficou presa junto com 20 homens na cela da delegacia da cidade. Segundo depoimentos e denúncias, a mesma foi violentada por alguns dos presos daquela delegacia, fato esse que ganhou repercussão nacional e internacional e tem sido objeto de investigação por parte da Comissão Parlamentar de Inquérito. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará rejeitou uma ação contra a magistrada.



Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, enquanto a depoente toma assento à mesa, quero apenas fazer um apelo aos sub-relatores para que nos encaminhem, por toda essa semana, todas as contribuições para o relatório final.

Já estamos nos encaminhando para o final dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Esperamos que até o final de maio esse relatório já tenha sido votado. Devemos começar a leitura dele, no máximo, a partir do dia 15 de maio. A contribuição dos sub-relatores é muito importante para iniciarmos o formato do relatório, principalmente as sugestões que possam resultar em iniciativas legislativas, porque temos que encaminhar para a consultoria a formulação desses anteprojetos.

Portanto, fazemos um apelo a todos os sub-relatores para que possam encaminhar esta semana as contribuições para a Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está conosco a Dra. Lourdes de Fátima Rodrigues. Solicito à V.Sa. que fale sempre ao microfone, mantendo-o ligado durante o depoimento.

Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata, a senhora é Diretora de Secretaria da 1ª Vara da Infância e Juventude e Secretaria-Geral do Fórum de Abaetetuba.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quero solicitar à senhora que preste juramento a esta Comissão.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - *“Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dra. Lourdes de Fátima, o que a senhora pode nos falar a respeito do fato ocorrido na cidade de Abaetetuba? Que conhecimento a senhora tem dos fatos envolvendo a menor Lidiane, no caso em que a Dra. Clarice, que é juíza da Vara, teve sua atuação contestada pelo Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Pará? O que a senhora sabe da história que pode acrescentar para esta Comissão?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Antes de tudo, eu gostaria de cumprimentar V.Exas., ao tempo em que agradeço a oportunidade que me estão proporcionando para, dentro dos limites de meus conhecimentos, poder auxiliar a definir a verdade nesse episódio. Eu sou Diretora de Secretaria da Vara da Infância e Juventude e Secretária-Geral do Fórum. O que me envolveu neste episódio foi o simples fato de eu ter apostado um carimbo de transmissão de um fax à Corregedoria de Justiça. O que aconteceu? Eu soube pela imprensa apenas do que ocorreu com a menor Lidiane. Então, no dia 19 de novembro, nós recebemos, no Juizado da Infância e Juventude, um documento do Conselho Tutelar comunicando o fato à Vara da Infância e Juventude. Só que, como não havia nenhum processo anterior que eu sabia, e foi justamente o que passou na imprensa que essa era a menor, mas só que ela tinha processos com o nome de Lidiane da Silva Prestes, e, para nós da Vara e Juventude, foi mandado um documento como Lidiane Alves Brasil. E, nesse mesmo dia, dia 19, eu recebi esse comunicado, a juíza titular que estava respondendo pela 1ª Vara se encontrava também respondendo pela Comarca de Igarapé-Mirim. Eu recebi, tomei os procedimentos e ela disse que eu aguardasse o dia seguinte para passar essa documentação para ela. E, no dia 19, justamente no dia que eu tomei conhecimento, a Dra. Clarice estava respondendo pela direção do Fórum. E, numa dessas vezes em que eu estava despachando a parte da Secretaria, a parte administrativa, eu ouvi a meritíssima juíza pedir ao Diretor de Secretaria da 3ª Vara, Sr. Graciliano, que levasse o ofício da transferência da presa que foi encaminhado à Corregedoria. E eu não sei o que foi que aconteceu. Eu vi ela perguntar para ele durante, não sei depois o que aconteceu. A única coisa que eu sei é que, no dia seguinte, também eu fui despachar o administrativo, quando eu encontrei já dentro da sala da 3ª Vara Criminal o Diretor de Secretaria, Sr. Graciliano Mota, já com o ofício dirigido à Corregedoria, pedindo autorização para que fosse transferida a presa. E, nesse momento, eu ouvi a Dra. Clarice perguntar a ele se era aquele mesmo ofício que ele havia transmitido pelo fax à Corregedoria. Ouvi que ela perguntou 3 vezes para ele se aquele era mesmo o ofício, e ele afirmou que sim, que havia passado aquele fax no dia 8 de novembro, às 16 horas, e que eu havia... Como a minha função é também atestar os fax transmitidos, ele afirmou, na frente da juíza, que o fax havia



sido transmitido nesse dia, às 16 horas, para a Corregedoria. E eu indaguei a ele, e ele me falou que eu havia esquecido de apor o carimbo de transmissão. Só que eu tomei o cuidado de perguntar a ele quem havia recebido esse ofício na Corregedoria. E ele me disse, perante a magistrada, que esse ofício não foi confirmado o recebimento, em razão de o fax estar no automático. E foi justamente acreditando na palavra dele perante a magistrada, uma vez que eu sou Diretora de Secretaria, ele exerce a mesma função que eu, e nós somos detentores de fé pública, eu jamais poderia imaginar que ele estivesse mentindo na frente da magistrada. Então, por esse motivo, como fazia parte do meu trabalho eu colocar o carimbo — porque muitas outras vezes já havia acontecido isso, eles entregavam o documento na Secretaria, nós passávamos pelo fax e depois nós devolvíamos para os cartórios —, poderia, realmente, eu haver esquecido, porque o esquecimento faz parte do ser humano. Então, em momento algum eu duvidei da palavra dele perante a magistrada, porque ele falou perante a magistrada. E eu acreditei e apus aquele carimbo. Somente por este carimbo é que eu estou respondendo a um PAD juntamente com ele. E é tudo o que eu sei, porque eu trabalho na Vara da Infância e jamais aconteceu qualquer problema relacionado a adolescentes. Quando nós recebemos um adolescente internado, eu tomo todas as providências. Se tiver que ser internado, o juiz despacha, imediatamente eu chamo a DEPOL, encaminho os ofícios para que esse adolescente seja encaminhado ao órgão de internação. Então, jamais houve... Para mim, eu só tomei conhecimento de que ela era menor justamente no dia 19.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora disse que é comum passar os fax e posteriormente bater o carimbo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É. Assim... Não são... Não é constante. É porque geralmente o horário de expediente é de 8 às 14 horas. Como eu exerço 2 funções, cumulando com a Secretaria, à tarde, como eu tenho os outros afazeres, eu... A Secretaria ficava aberta, os cartórios, os funcionários vinham, passavam um fax muitas vezes e confirmavam, colocavam a anotação, e nós carimbávamos pela Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No dia seguinte?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, no dia seguinte ou no mesmo dia. E esse fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mas 5, 6, 10 dias depois, não?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Esse fato não. Foi a primeira vez que ocorreu isso, eu não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então a senhora confirma que colocou a data no dia 20 de novembro, a senhora carimbou um ofício supostamente encaminhado à Corregedoria...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... conforme é o entendimento do Graciliano, que havia afirmado no (*ininteligível*) passado. A senhora colocou no dia 20 de novembro um carimbo... Esse carimbo é aquele que tem as datas, certinho?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É um carimbo que a Secretaria do Fórum adotou de ir colocando que o fax foi transmitido e confirmado, e nessa confirmação nós colocamos o nome da pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, no dia 20 de novembro, a senhora, confiando na palavra do Graciliano...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... carimbou...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... um documento com data do dia 8?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente, confiando que ele estava falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acha que ele mentiu para a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu só fui saber que ele mentiu no dia que a Corregedoria esteve na comarca e detectou no computador da 3ª Vara que aquele ofício havia sido elaborado naquele dia 20.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então a senhora confirma que o Graciliano mentiu?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Para mim, ele mentiu, porque, se eu soubesse do fato, eu jamais teria apostado um carimbo falso. Eu só apostei aquele carimbo acreditando na palavra dele perante a magistrada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, foi feita uma inspeção no computador da 3ª Vara. Quem fez a inspeção foi o juiz, o desembargador corregedor?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então foi feita uma inspeção no computador em que havia sido confeccionado o ofício, datado de 7/11, que foi endereçado à Corregedoria do interior. E, ao proceder às análises das propriedades do arquivo do computador onde constava o ofício, constatou que a última modificação ocorreu exatamente no dia 20/11, para confecção do ofício e o pedido de transferência. Ou seja, no computador ficou gravado, lá no disco, que esse ofício foi feito no dia 20/11, e não no dia 7/11.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. Quando a Corregedoria esteve na comarca, eles foram atestar. Aí que eu fui informada pelo desembargador corregedor e pelos juízes corregedores de que aquele ofício havia sido feito naquele dia 20. Até então, para mim, o Diretor de Secretaria estava falando a verdade quando ele diz que foi transmitido no dia 8. Eu só tomei conhecimento da verdade quando a Corregedoria esteve na comarca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então a senhora acredita que entre a versão da juíza e do Graciliano... Que a senhora esteve com os 2 na mesma sala?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A juíza perguntou se ele havia transmitido o fax; ele disse que havia transmitido.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Disse o dia, a hora exata e dessa forma ele fez uma certidão, colocando, inclusive, o dia e a hora exata. O que ele havia falado lá na frente da magistrada, ele fez uma certidão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O Dr. Graciliano disse que ele colocou a data retroativa no ofício a pedido da juíza.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não sei lhe informar porquê. Como eu estou dizendo, quando eu entrei na sala, ele já estava na sala da juíza com o ofício devidamente assinado. E nessa oportunidade foi... Eu ouvi a doutora perguntar para ele se era aquele ofício mesmo que havia sido transmitido, e ele respondeu que sim e que eu havia esquecido de apor o carimbo de transmissão. Foi isso que aconteceu na minha presença. Eu não sei lhe informar quando foi feito, onde foi feito esse ofício. A única coisa que eu sei foi justamente isso quando eu estava presente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E esse ofício estava com quem no dia que a senhora bateu o carimbo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Estava em poder do Diretor de Secretaria. Ele estava com o ofício na mão quando eu entrei na sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com data do dia 8?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o procedimento normal? Passa um fax, no caso da...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Passa o fax, quando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Depois envia também pelo correio?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Envia pela correio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No correio é datado do dia 20 também.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso, no dia 20, o Diretor de Secretaria esteve, após ter ocorrido isso aí, ter colocado o carimbo, ele se dirigiu à minha sala e pediu, e usou o nome da magistrada... De que eu colocasse esse carimbo... Eu mandasse... Se haveria a possibilidade de eu mandar esse ofício para a Corregedoria naquele dia 20, com data atrasada. Eu falei a ele que não, que eu não ia fazer isso. Eu não sabia da verdade, mas eu disse que eu não ia fazer isso e porquê. As correspondências postadas no correio, elas são... É emitido um relatório no dia e, nesse exato momento, a juíza entrou na minha sala, e eu comuniquei o fato a ela na presença do Diretor de Secretaria, que ele estava usando o nome dela, pedindo que eu postasse com data anterior. E a juíza respondeu para ele que ele assumisse os seus atos e que eu postasse na data que ele estava me entregando o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ele realmente enviou no dia 20 de novembro?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Dia 20. Eu recebi o ofício no final do expediente e postei nesse mesmo dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nessa data o fato já estava na imprensa da cidade...?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Já estava na imprensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já havia uma pressão por uma cobrança pelas irregularidades cometidas ali. Alguém tinha errado.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. Só que eu só fui saber do erro no dia que a Corregedoria chegou na comarca e atestou através do computador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então não teve como negar mais?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Eles me perguntaram por que eu coloquei. Eu expliquei para eles o que tinha ocorrido, que eu só atestei porque ele havia afirmado perante a magistrada, e como ele é detentor de fé pública, como eu, eu jamais poderia imaginar que ele estaria mentindo naquele momento, porque eu jamais faria isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos continuar o depoimento, mas nós vamos depois, no final, tomar o depoimento do Graciliano, e é possível que façamos uma acareação entre a senhora e ele.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Porque nós vamos repetir a cena novamente, os 2 na mesma sala, tendo a oportunidade de falar, para sabermos realmente quem é que está com a verdade.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Lourdes, eu pergunto à senhora se a senhora responde algum processo disciplinar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Respondo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Apenas um?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Apenas um, é o primeiro.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quantos anos a senhora tem de serventúria?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu tenho, de serventúria da Justiça, perto de 14 anos. Vou fazer em dezembro 14 anos e de tempo de serviço em outros são 34 anos de trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Portanto, nesses 34 anos, apenas esse processo disciplinar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Apenas esse processo disciplinar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora está afastada das funções?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Estava afastada até o dia 13 de abril. Como não houve uma decisão ainda da Corregedoria, eu pedi à Corregedoria que me orientasse, qual o procedimento, uma vez que o meu prazo terminou dia 13. Eles me orientaram que eu fizesse um requerimento para a direção do Fórum e fosse encaminhado à Corregedoria para que eles pudessem dizer se eu deveria retornar ou não ao trabalho.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora ainda não retornou?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu me apresentei no dia 14 para o juiz diretor...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quatorze de março?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Agora, de abril. Me apresentei ao diretor e ao meu juiz diretamente...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quatorze de abril, ontem?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ontem. E me apresentei a eles, só que eu comuniquei que não faria nenhum ato até que a Corregedoria determinasse o meu retorno, até porque os meus atos poderiam ser nulos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A portaria que afastou a senhora é por tempo indeterminado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, a portaria que me afastou foi por 60 dias, prorrogáveis por mais 60 dias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora sabe se o Sr. Graciliano responde a algum processo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Responde o mesmo processo que eu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Apenas este?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Até a presente, que eu saiba, processo administrativo é somente este.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não responde a nenhum processo criminal?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando foi que a senhora tomou conhecimento da existência de uma menor presa na delegacia de Abaetetuba? Que dia foi?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Somente no dia 19, porque a imprensa noticiou antes. Só que como eu não morava na cidade, eu morava na zona rural, afastado do município uns 15 minutos, e como eu ficava no Fórum o dia, passava o dia no Fórum, saía no final da tarde, então geralmente eu



não assistia nenhum jornal. Então, eu só tomei conhecimento no dia 19, quando chegou um pedido de providências do Conselho Tutelar.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas a senhora, já no dia 19, tomou conhecimento em função da notícia que circulava na cidade...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... em função da mídia?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto à senhora: que horas a senhora foi chamada ao gabinete da juíza e quem chamou a senhora? No dia 20.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No dia 20, ele próprio, o Diretor de Secretaria, me chamou na minha sala para que eu fosse à sala da juíza. Eu não sei... Graciliano...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas mais ou menos, que horas?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu... Foi pela manhã. Não sei precisar para o senhor a hora, porque geralmente eu não me ligo em hora, uma vez que eu entrava no meu trabalho e não tinha horário para sair. Entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na hora em que a senhora foi chamada pelo Sr. Graciliano ao gabinete dele, o que ele falou para a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ele disse que eu fosse com a juíza. Só que eu estava tratando de um outro assunto e demorei um pouco para ir à sala. Quando eu cheguei na sala da magistrada, ele já se encontrava lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só se encontravam o Sr. Graciliano e a Dra. Clarice?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - E a magistrada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O ofício estava nas mãos de quem? Do Graciliano ou nas mãos da juíza?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Do Sr. Graciliano.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que foi que a juíza lhe disse naquele dia 20, quando a senhora adentrou a sala?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, o que ela... Eu ouvi ela conversando, perguntando para o Sr. Graciliano se ele havia realmente postado aquele ofício. Eu fiquei escutando isso lá, entendeu? Foi quando ele disse que eu havia esquecido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que a senhora tinha esquecido?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Que eu havia esquecido de colocar o carimbo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O Graciliano disse na sua frente, para a senhora, na frente da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - E disse na frente da magistrada, e a magistrada indagou se realmente era aquele ofício que ele tinha encaminhado à Corregedoria. Ele disse que sim. Confirmou e disse o dia e a hora em que foi encaminhado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele falou que tinha sido encaminhado dia 8?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Dia 8 e que eu havia esquecido de colocar o carimbo de transmissão, e eu indaguei a ele: "*Mas, Graciliano, quem foi que confirmou o fax na Corregedoria?*" Ele disse: "*Não, o fax não foi confirmado por estar no automático*".

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas na hora que ele afirmou para a senhora que a senhora tinha esquecido de botar...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O carimbo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... de colocar o carimbo, o que a senhora afirmou?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu fiz essa pergunta a ele, que quem havia confirmado o fax. Ele disse que ninguém...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas só para a Relatoria entender e os presentes.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu estou entendendo que uma coisa é a confirmação do fax. Tem alguma coisa a ver a confirmação com o carimbo?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com o carimbo? O carimbo não é só para atestar que foi expedido?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente, mas porque ele falou que o fax havia sido transmitido e que eu havia esquecido de apostar o carimbo. E aí o que eu fiz? Como ele afirmou e disse: *“Mas quando foi passado?”* Ele disse: *“Foi dia 8, às 16 horas”*. E eu indaguei quem havia confirmado na Corregedoria. Ele disse: *“Ninguém confirmou, foi porque estava no automático”*. Então, eu fui até a minha sala, busquei o carimbo, carimbei e coloquei lá, coloquei a observação: não confirmado por estar no automático.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para ficar claro, quando a pessoa, quando o serventuário vai passar o fax, a senhora só apõe o carimbo depois de confirmado o recebimento?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, geralmente sim. Geralmente sim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Geralmente ou é sempre assim?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, porque, antes, nós adotávamos, como na Secretaria não tinha funcionário, eu ficava deslocando do cartório do qual eu sou titular. Então, justamente no período da tarde, eu ficava sozinha na Secretaria. E os funcionários iam lá, passavam o fax, e muitas vezes eles levavam até sem carimbar; outras eles deixavam anotado o nome da pessoa que confirmou o fax para que eu colocasse o carimbo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu gostaria que a depoente pudesse confirmar se o carimbo é este aqui. Se a assinatura da senhora é a mesma.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente, Excelência. Esse é o carimbo e essa é a minha assinatura.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas aí não consta a observação de que o fax não teria sido recebido.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Deve ter sido cortado aqui, porque aqui está dizendo: "Fax transmitido e não confirmado por estar no automático". Está aqui essa observação, mas a xérox cortou aqui a observação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto à senhora: no dia 19 a senhora já soube do acontecimento, já havia um comentário na cidade, a imprensa tinha divulgado. No dia 20, houve essa reunião no gabinete da juíza. Mesmo com todas essas evidências e a gravidade do fato a senhora não tomou nenhuma precaução de se recusar a botar esse carimbo? A senhora não teve nenhuma preocupação de contribuir para uma simulação de que esse documento teria sido remetido? A senhora não teve nenhum... Não lhe despertou nenhum tipo de cuidado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Eu simplesmente não tomei esse cuidado em razão de que ele, como eu falei, como detentor de fé pública, se nós exercemos um cargo que nós detemos fé pública, nós temos que ter responsabilidade, não é? Então, eu achei que ele estava falando a verdade. Então, por esse... E principalmente porque ele disse, afirmou perante a magistrada do qual ele era subordinado. Então, por esse motivo, eu jamais poderia imaginar que ele estivesse mentindo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse Ofício nº 1.395, do dia 8, do dia 7, aliás, ele corresponde a um outro fato do dia 13 do mesmo mês. A senhora tomou conhecimento do conteúdo do ofício verdadeiro?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora nunca tomou conhecimento? A senhora participou de algum mutirão realizado pela juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, porque eu não atuo na Vara Criminal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Antes de a imprensa revelar a existência da menor na delegacia, a senhora tomou conhecimento da existência de alguma mulher presa naquela delegacia?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, nunca.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não havia comentário nenhum na cidade?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu nunca ouvi comentários.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora foi pressionada de alguma forma depois desse episódio da colocação do carimbo, do processo lá com o Corregedor?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, eu jamais fui pressionada para praticar qualquer ato irregular, até porque eu sempre bati de frente com qualquer juiz que me pedisse qualquer irregularidade, porque ali está em jogo a minha carreira, digamos, o meu — como eu posso dizer? —, a minha vida, entendeu, pautada sempre na honestidade, na lealdade, na competência que eu procuro exercer o meu cargo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem conhecimento da ação de traficantes que teriam armado todo esse episódio para desmoralizar a Juíza Clarice?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu só tomei conhecimento desse episódio através da imprensa, quando saiu no *Diário do Pará* uma nota em que eles... Aliás, saiu no *Diário* e também através do *site* do Tribunal, em que eles colocavam que eles estavam oficiando a Polícia Federal, para que informasse essa declaração que a imprensa colocou a respeito disso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora conhece o Sr. Graciliano há muito tempo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Nós somos concursados na mesma data, assumimos na mesma data.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tem alguma evidência de envolvimento do Sr. Graciliano com traficantes, ou qualquer crime organizado no município?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não posso lhe responder essa pergunta, porque eu não tenho nenhum conhecimento e não trabalho nessa área penal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Depois do dia 20 a senhora manteve algum tipo de diálogo com a Dra. Clarice, algum parente dela ou algum intermediário a mando dela?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, sempre pela direção do Fórum, levando os assuntos administrativos para serem despachados.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora manteve contato pessoal, manteve algum diálogo com ela, com a Dra. Clarice?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - A respeito do fato eu apenas, quando chegou a parte... quando chegou o comunicado do Conselho Tutelar, que a juíza não estava na comarca que respondia pela Vara da Infância, eu me dirigi até a sala dela e mostrei o que estava chegando do Conselho Tutelar. Ela apenas me deu de resposta que não era da competência dela e que eu deveria levar à juíza da Vara da Infância.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para ficar mais resumido, no dia 20 a senhora foi chamada ao gabinete do Sr. Graciliano, ele confirmou e pediu que a senhora fosse falar com a juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Correto? A senhora saiu do gabinete do Graciliano, foi para o seu local de trabalho, e quando foi ao gabinete da juíza, já estava a juíza e o Sr. Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora confirma que, quando a senhora chegou, a juíza estava sentada?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Sentada à mesa dela, e o Sr. Graciliano em pé, ao lado, já com o ofício nas mãos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O ofício foi esse mesmo que a senhora... que foi exibido para a senhora?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA -
Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E foi ele quem pediu que a senhora fizesse o carimbo...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA -
Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... e ele teria passado o ofício no dia 8/11?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA -
Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora fez o carimbo e colocou uma certidão de que não havia comprovação de confirmação?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA -
Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o Sr. Graciliano confirmou que o telefone estava no automático?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA -
Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora confirma que a juíza em nenhum momento induziu a senhora nem colaborou para que a senhora colocasse aquele carimbo ali?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, em hipótese nenhuma. Eu jamais me sujeitei a qualquer mandado que qualquer magistrado fizesse que fosse ilegal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora também confirma que não houve nenhum tipo de coação à senhora desse dia em diante para facilitar a defesa da juíza nem a acusação do Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, em hipótese nenhuma. Eu estou aqui não para acusar nem para defender ninguém. Eu estou aqui com a intenção de esclarecer a verdade.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E a senhora confirma que do dia 20 de novembro até esta data não manteve mais nenhum contato com a juíza para tratar desse assunto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Com a meritíssima? Só quando ela esteve na comarca, ou quando... Inclusive no depoimento do PAD, eu fiz questão de nem comparecer a...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator, me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Doutora, a senhora respondeu ao Relator a respeito do fato do relatório do Conselho Tutelar recebido no dia 19. Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual foi a manifestação da juíza diante da solicitação do Conselho Tutelar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Da Magistrada Dra. Clarice?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Isso. É.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu, quando chegou esse documento, como não havia a juíza substituta na comarca, porque ela estava respondendo por Igarapé-Mirim, como ela estava na direção do Fórum, eu levei esse documento até ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - À Dra. Clarice?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - À Dra. Clarice.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ela disse o quê?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ela disse que esse documento havia sido endereçado à Vara da Infância e Juventude e que eu entrasse em contato com a magistrada que respondia pela Vara.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Por quê?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Porque aquele documento que estava chegando ali, ela falou que não se tratava da mesma pessoa cujos processos estavam tramitando na vara dela, porque na vara dela estavam tramitando processos contra Lidiane da Silva Prestes, e o que chegou até nós, como Vara da Infância e Juventude, foi Lidiane Alves Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O. k.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só que a senhora confirmasse que, do dia 20/11 até esta dada, a senhora não conversou mais nem com a Dra. Clarice nem com ninguém a mando dela sobre esse assunto, o assunto Lidiane.

SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O assunto Lidiane? Não, eu tive contato, como eu estou lhe dizendo, com a Dra. Clarice, mas eu sempre colocando a questão de que o depoimento que eu havia prestado perante a Corregedoria eu iria afirmar onde eu estivesse.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em nenhum momento ela pediu para a senhora...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Em nenhum momento ela pediu que eu falasse alguma coisa em benefício dela. Em todos os momentos, sempre foi colocado que eu falasse a verdade dos fatos, entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora conhece a delegacia de Abaetetuba?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu estive lá pouquíssimas vezes.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só tem uma delegacia na cidade?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Só tem uma delegacia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em nenhum momento a senhora tomou conhecimento, antes do dia 19, que ali naquela delegacia havia uma mulher presa?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, em nenhum momento.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do dia 17 de outubro até o dia 20 de novembro a senhora se lembra se passou alguma vez na delegacia?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Que eu estivesse na delegacia?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que tenha passado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Não porque o meu contato com a delegacia era apenas por telefone. Quando havia algum menor internado para ser recambiado à comarca da Capital, eu sempre mantinha contato por telefone, pedindo que eles fossem buscar o adolescente para ser encaminhado para a internação.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tomou conhecimento da prisão da Lidiane Alves Brasil antes desse fato?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora não tomou conhecimento?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu pesquisei nos nossos arquivos da 1ª Vara que existia um processo, senão me falha a memória, em 2004. Houve contra a Lidiane Alves Brasil um ato infracional, cujo ato foi arquivado por não haver nenhuma prova. Então, eu só tomei conhecimento disso quando pesquisei no sistema com esse nome, porque eu fui solicitada pela juíza que respondia pela Vara da Infância que fizesse uma certidão dizendo se havia ou não algum procedimento em nome dessa adolescente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com o Sr. Graciliano, depois do dia 20, a senhora manteve algum tipo de diálogo com ele sobre esse fato?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Depois do dia 20, ele inclusive chegou ... Quando eu estava na sala da informática, ele chegou lá e me fez uma ameaça, da qual eu comuniquei à direção. Eu comuniquei, liguei para a Corregedoria, falei o que estava ocorrendo, e comuniquei à direção do Fórum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que tipo de ameaça e em que termos a senhora se sentiu ameaçada?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Só um minutinho, Excelência, que eu tenho aqui o ofício em que eu me dirigi à direção do Fórum comunicando o que havia ocorrido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Depois desse fato houve algum outro?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, porque eu evitava, eu, assim, eu entrava às vezes no Fórum, só me encontrava com ele. Procurei não manter contato porque, depois do episódio do que aconteceu, quando a Corregedoria detectou que o ofício havia sido feito somente no dia 20, depois que ele prestou o depoimento, ele foi até a minha sala e disse que eu deveria falar a verdade, porque a Corregedoria já havia descoberto tudo. Eu disse: *“Que verdade? A verdade que tu me enganaste, tu mentiste quando tu afirmaste que esse fax havia sido transmitido?”* Então, somente ele sabia que o fax não havia sido transmitido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora enviou um ofício aqui no dia 6 de dezembro. Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora enviou para o juiz, diretor do Fórum.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Fazendo uma reclamação contra o Graciliano.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O Graciliano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aqui diz o seguinte: *“Pelo presente comunico a V.Exa. que no dia 5 do 12, por volta das 17 horas, fui informada pela servidora Ivanete Silva que a impressora do gabinete da 2ª Vara não estava imprimindo...”*

Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - *“... e por V.Exa. de que a Internet estava fora do ar. Como houve queda de energia, eu me dirigi à sala de*



informática para reiniciar o sistema, quando ali adentrou o Sr. Graciliano Chaves da Mota...

Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - *“... que é diretor da 3ª Vara Penal. O Graciliano fechou as portas e disse-me que tivesse cuidado com os meus telefonemas.”*

Que telefonemas são esses?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ele falou em telefonemas que eu dava para uma amiga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual é o nome da amiga?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não me falou que amiga era essa nem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora sabe quem é a amiga?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não sei, porque ele... Eu acho que ele achava que eu estava entrando em contato com a juíza corregedora, porque eu já fui subordinada a ela. E eu não sei que amiga. Eu deduzi que havia sido ela. Só que eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aqui diz o seguinte: *“... que ele sabia de tudo, inclusive que eu falava com uma amiga, que não disse o nome...”*

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - *“...dizendo que ele estava envolvido com traficantes.”*

A senhora chegou a dizer isso em algum momento?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É o Graciliano que está envolvido com traficantes?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ele afirmou isso para mim. Eu disse: *“Menina, eu nem quero falar contigo, porque depois do que*



tu fizeste, eu nem quero falar contigo". Porque ele disse essa amiga. Até hoje eu desconheço quem é essa amiga, porque, na minha função...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi fazer uma reclamação dizendo que a senhora, em telefonema com uma amiga, dizia que ele era envolvido com traficantes.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Que ele...
Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ele tem algum envolvimento com traficantes da cidade?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu jamais falei isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E disse: "... e pelos corredores falou que a imprensa estava aí mesmo, querendo o segundo caso, e que se ele abrisse a boca ia ser um outro escândalo."

Ele falou isso?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Falou isso.
Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que se ele abrisse a boca, ele sabia de muita coisa.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi o que ele falou e que eu comuniquei à Juíza Corregedora via telefone, e ela pediu que, se eu quisesse falar com o juiz corregedor para tomar as providências. Então eu resolvi comunicar à direção do Fórum. Porque eu não sei até que ponto isso poderia chegar, uma vez que eu tenho filha pequena e poderia, talvez, estar correndo risco por alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nós vamos solicitar a V.Sa. que possa passar a esta Comissão esse ofício, para que a gente possa providenciar uma cópia para a Comissão. O.k.?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Inclusive está aí, eu sempre procurei trabalhar corretamente. Tenho o último relatório da correição, que se o senhor for ver aí, eles estão — está aí nessa pasta —, eles estão falando do meu trabalho. Se for o caso, está aí para o senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vamos tirar uma cópia e devolvê-lo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, como o documento que V.Exa. leu não faz referência à ligação do fato em apuração, eu pergunto à senhora se a senhora considera que essa ameaça do Sr. Graciliano tenha sido por conta da certidão que a senhora apôs no documento.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu acredito que por causa do depoimento que eu dei à Corregedoria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora tem conhecimento de que a Polícia Federal fez uma operação e grampeou telefones em Abaetetuba, investigando casos de tráfico de drogas?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Eu sei que houve operação da Polícia Federal em Abaetetuba, mas desconheço, digamos assim — o senhor me permite perguntar novamente?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Se houve grampos telefônicos autorizados pela Justiça.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu não sei lhe informar, Excelência. Não sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto à senhora: a senhora afirmou que já está trabalhando como serventuária há mais de 30 anos. Certo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Como serventuária da Justiça, eu completarei 14 anos em dezembro de 2008.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quatorze anos.

A senhora considera certo ou errado atestar, mediante um carimbo, a retransmissão de fax?

A senhora já afirmou que era comum dar o atestado, embora não presenciando essa transmissão.

A senhora considera esse procedimento administrativo certo ou errado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Diante de tudo o que aconteceu, eu acho, agora, que isso não foi correto, uma vez que até a própria Corregedoria me orientou que eu tomasse outra medida. Entendeu? Eu só



fiz isso, como eu disse, acreditando na palavra dele e porque somente ele sabia que esse fax não havia sido passado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu pergunto à senhora: se o Sr. Graciliano tivesse solicitado à senhora, no gabinete dele...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu jamais...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... e não no gabinete da juíza, a senhora teria colocado a sua...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu jamais teria posto. Eu só coloquei, repito novamente, porque ele falou perante a magistrada. Se ele me pedisse, como ele foi pedir para postar o correio, eu jamais teria feito. Eu só postei confiando que ele estava falando a verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, obrigado. Reservo-me o direito de voltar a inquirir a depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só mais uma pergunta, antes de passar para o primeiro inscrito, que é o Deputado Luiz Couto.

A senhora afirma que tomou conhecimento de que na inspeção feita pela Corregedoria ao disco do computador ficou confirmado que o ofício realmente foi feito na data do dia 20.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso. Eu tomei conhecimento pela Corregedoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De que foi feita uma inspeção no disco do computador?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ficou confirmado que o ofício teria sido feito no dia 20?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu estava na Secretaria do Fórum quando chegou o desembargador corregedor e os juízes corregedores, e a juíza corregedora me perguntou por que eu tinha colocado um carimbo com data do dia 8 em um documento que havia sido feito no dia 20. Então, eu respondi para ela...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acredita que o documento foi feito realmente no dia 20?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu não posso duvidar da nossa Corregedoria. Se eles atestaram no computador que foi feito, eu tenho que crer, como eu confio na Corregedoria, de que ela realmente verificou que esse ofício foi feito no dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No dia 20. Tudo bem. E esse ofício teria sido esse aqui, em que a senhora bateu o carimbo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso. Quando eles me apresentaram, foi esse ofício aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tudo bem. O carimbo eu entendo. Eu entendo que o carimbo, pelo convencimento do diretor Graciliano, na presença da magistrada, já que o ofício foi feito no dia 20, segundo a inspeção feita pela corregedora... E a senhora disse que acredita que as informações da Corregedoria é que são as verdadeiras. Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então esse aqui seria o ofício feito no dia 20.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Esse seria o ofício que a Corregedoria atestou que foi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Feito no dia 20.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ... foi colocado dia 7, mas, na realidade, foi feito dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, esse foi feito no dia 20?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso. Pela... Eu estou informando o que a Corregedoria detectou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E a senhora acredita na Corregedoria?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Acredito na Corregedoria de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o seguinte: se esse ofício foi feito no dia 20, com data do dia 8, a senhora pode ter sido enganada.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. Foi o que ocorreu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, ele está assinado pela juíza, Dra. Clarice. Ela não poderia estar enganada, porque ela assinou o documento.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso aí...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ela assinou na data em que foi feito. Se foi feito no dia 20, a senhora poderia ter sido enganada, porque a senhora só bateu o carimbo e, no dia 20: *“Olha, foi feito no dia 8 esse documento e eu assinei retroativo”*.

Se é fiel e verdadeiro que a Corregedoria fez a inspeção e constatou que no disco do computador está gravado que o requerimento foi feito no dia 20, a senhora poderia ter sido enganada, porque a senhora bateu o carimbo retroativo. Agora, a assinatura da juíza poderia ter sido retroativa?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não sei lhe responder, porque, como eu estou lhe dizendo, ele estava com esse ofício e eu não sei informar como foi, se ela assinou nesse ofício. O que eu sei, que ela me informou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ou a senhora acha que esse ofício foi enviado sem a assinatura da juíza na época, e ela assinou retroativo também?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu creio que não, porque ela me informou que o cartório pediu que ela assinasse esse... uma cópia do ofício, porque ele teria que jogar no sistema e encaminhar pelos Correios. Isso foi o que me foi repassado, mas eu não posso afirmar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu não tenho dificuldade em acreditar que a senhora pode ter sido enganada pelo diretor, que, na presença



do juiz, com um ofício feito no dia 20, disse que esqueceu de bater o carimbo, e a senhora bateu retroativo.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente, retroativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, a juíza jamais poderia assinar no dia 20 um ofício que ela afirma ter feito e emitido no dia 8.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não sei lhe responder, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acha estranho?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, assim, eu só fui tomar conhecimento, como eu estou falando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E se ela tivesse feito no dia 8... Vamos imaginar que ela tivesse feito no dia 8, e o diretor do departamento esqueceu de mandar,...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Sim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... e no dia 20 lembrou de mandar. Aí, para justificar o erro dele, ele tentou colocar a data do dia 8. A senhora assinou o documento, convencida por ele. Só que o Tribunal, através do corregedor, na inspeção feita no disco do computador, comprovou que esse documento foi feito no dia 20. E não tem como enganar ali, está gravado. Então, a senhora poderia ter sido facilmente enganada, colocado um carimbo num documento feito no dia 20, com data retroativa, o que é comum; carimbo e papel aceitam tudo. Agora, a juíza jamais poderia assinar um documento com data retroativa. E ela assinou esse documento que o corregedor diz que foi feito no dia 20. Ela assinou com data do dia 8. Então, para mim, não resta dúvida de que a juíza mentiu nesse caso.

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sra. Lourdes de Fátima, a senhora está respondendo a processo administrativo disciplinar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Já foi concluído ou ainda...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O processo já foi concluído pelo Presidente, pela comissão, e encaminhado, acredito...



Conforme informação do meu diretor, ele disse que iria dar entrada na Corregedoria no dia 31 de março ou 1º de abril.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na sua vida como servidora pública, a senhora respondeu a alguma outra sindicância ou processo administrativo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Nenhuma, Excelência. Nenhuma.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alguma punição?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não respondeu?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nem teve nenhuma punição?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Inclusive, eu tenho o relatório da última correição que foi feita na comarca, em que o próprio juiz corregedor fala sobre o meu trabalho, me elogiando, elogiando sobre o meu trabalho.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Esse documento a senhora está entregando para a CPI?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu gostaria de ver aqui... Eu poderia ler, Excelência?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, de lá.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, ela pode ler as informações que ela quer colocar, mostrando que...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, porque ele está lá com o meu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está tirando cópia da...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Está tirando cópia. Está bom. E a senhora...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Depois a senhora passa.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu perguntaria ainda para a senhora: o fato desse acontecido, que a senhora diz que colocou o carimbo, porque tinha a informação do Sr. Graciliano de que estava tudo acordado. Não é?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: Qual era o relacionamento da senhora, em termos profissionais... Porque ele, parece, era diretor da...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Terceira Vara Criminal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Terceira Vara, e a senhora da 1ª Vara.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Da 1ª Vara.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Qual era o relacionamento profissional da senhora com o Sr. Graciliano antes desse acontecimento?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, nós sempre... Assim, eu procuro exercer a minha função como profissional. Então, algumas vezes, eu tive alguns atritos com o servidor, em razão de que ele sempre chegava na sala querendo sempre a coisa sempre naquela hora, naquele instante, e sempre usando o nome de magistrado. Então, sempre eu dizia a ele que não precisaria ele estar usando o nome do magistrado, porque aquela era a minha função, e independente de qualquer coisa, eu cumpriria. Entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E esses atritos aconteciam de forma periódica ou era...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Era, assim, uma vez ou outra. Às vezes, quando ele queria alguma coisa, que ele queria urgente. Achava que tudo era urgente para ele. E devido aos meus afazeres, devido à minha função, que eu acumulo, eu tinha muitos outros problemas também. Nem sempre, naquele momento, eu poderia fazer o que ele estava pedindo. Entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E a senhora comunicava esses atritos ao juiz ou à juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu às vezes procurava evitar levar problemas, porque, na minha função de secretária do Fórum, eu sempre procurei resolver os problemas sem levar para o meu diretor o que estava ocorrendo. Eu procurava resolver da melhor maneira possível, para que



eu não fosse levar ao juiz um problema que eu poderia resolver, deixando que ele tivesse o tempo necessário para cumprir as suas funções judicantes.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Durante o processo administrativo disciplinar, a senhora foi afastada da sua atividade?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Fui afastada por 60 dias e prorrogável por mais 60 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer, a senhora não está exercendo a função...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu retornei. Eu me apresentei ao juiz diretor do Fórum ontem, dia 14, só que eu fiz um requerimento para que ele encaminhasse à Corregedoria, para que a Corregedoria dissesse se eu deveria voltar ao meu trabalho, uma vez que o processo administrativo já havia sido concluído e eu não havia recebido nenhuma comunicação de que eu ainda deveria estar afastada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora é diretora, secretária da...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu sou diretora de Secretaria da 1ª Vara, que é privativa da Infância e Juventude...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - E secretária-geral do Fórum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu pergunto: fatos semelhantes a esse... A senhora, que é diretora e secretária, teve conhecimento de outros fatos em que menores poderiam ter sido presas na única delegacia da cidade?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Durante o tempo que eu assumi o Cartório da Infância jamais houve qualquer prisão de adolescente junto com homens, até porque esses adolescentes, quando eles são apreendidos, eles são encaminhados primeiro ao Ministério Público, e o Ministério Público é que pede para o juiz a internação ou não. Ou mesmo lá, no Ministério Público, quando eles vêm que o caso é de menor potencial, eles liberam o adolescente para a família e mandam para o juizado o procedimento, ou fazendo a denúncia ou a remissão.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Normalmente, quando ocorre na Vara da Infância, são infrações cometidas por adolescentes. Na maioria, são decorrentes de quê?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ah, são decorrentes de... Tem homicídios, furtos, briga... A maioria é assim: homicídios, furtos... Mas em momento algum nós tivemos prisão de adolescentes femininas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eram mais adolescentes...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eram mais... As menores que eram apreendidas, assim, que respondiam a procedimentos, elas eram liberadas pelo Ministério Público e só compareciam perante a Vara da Infância quando da audiência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. Para concluir. Normalmente, quando um processo desses chega à Secretaria, o despacho que a senhora tem com a juíza demora ou isso tem celeridade? Há uma demora? Dura quanto tempo, mais ou menos, para que um processo desses...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Alguns anos, eu recebi de um dos juízes que assumira a 1ª Vara... Eles me deram poderes, através de ordem de serviços e portarias, que eu fizesse alguns procedimentos de ordem. Então, a determinação que eu tinha do juizado para que desse mais celeridade ao caso... Só quando se trata de adolescente apreendido, em casos mais graves, que eles são levados para o juizado. Quanto aos outros, quando vem a denúncia, eu faço — aliás, quando vem na delegacia que o menor não está lá apreendido, que ele foi entregue à família —, eu faço de ordem a remessa para o Ministério Público para que ele ofereça a representação ou o pedido de remissão do adolescente.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, isso a senhora está autorizada pela...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Pelo juiz.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E nos casos mais graves, demora mais ou menos...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Os casos mais graves, quando são apreendidos os adolescentes, eles são



imediatamente encaminhados ao Ministério Público para o juizado. Aí o juizado faz a audiência e, de acordo com a gravidade do caso, ele manda a internação provisória de 45 dias.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Agora, considerando não como diretora ou como secretária, a senhora como cidadã daquele município, a senhora não tomou conhecimento de que mulheres, meninas eram levadas para essa delegacia? A senhora não teve... Como cidadã do município, nunca tomou conhecimento de nenhuma,...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... de nenhum fato semelhante àquele que aconteceu com a Lidiane?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, Excelência. Nunca.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Muito bem.

Deputada Jusmari Oliveira.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sr. Presidente, eu gostaria de dirigir às minhas palavras à Dra. Lourdes de Fátima, começando, primeiro, com o óbvio. A senhora entende que o caso da prisão da menor L é um caso grave, um caso que desrespeita as nossas leis e um caso que ofende o direito da mulher e o direito do ser humano. Como cidadã e como funcionária da Justiça a senhora tem essa consciência.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, a senhora também se indignou com esse caso como todo o Brasil e nós principalmente nos indignamos.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. Eu, quando o Conselho Tutelar diz que comunicou, foi procurar a Justiça para comunicar o fato, quem... Nós temos um sistema de plantão. Eu também sou coordenadora dos agentes de proteção. Em momento algum, o Conselho Tutelar me procurou, porque se ele houvesse me procurado, embora não



fosse meu plantão naquele final de semana, eu teria tomado as providências, comunicando ao juiz da infância o ocorrido.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Outras prisões de mulheres. Quando lá, em Abaetetuba, prende-se uma mulher, qual é o procedimento que é feito pela autoridade policial e imediatamente pela autoridade judicial?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, o que eu sei, as presas que chegam até a comarca para serem ouvidas em audiência, eu sempre vou verificar a questão da entrada e saída dos carros que vão da SUSIPE. E sempre essas presas vinham de Belém. Jamais eu tomei conhecimento de que alguma presa tivesse vindo da delegacia.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - A senhora disse, no início do seu interrogatório aqui, salvo engano, que exatamente no dia 8, um dia depois do delegado ter comunicado a presença de uma mulher presa na cadeia junto com outros homens, naquele dia 8 mesmo, a senhora ouviu a juíza recomendar ao Graciliano que fizesse o ofício para a Corregedoria ou para o TJ do Pará, comunicando o caso e pedindo a transferência dessa mulher.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, Excelência. Eu acho que a senhora deve estar equivocada, porque não foi no dia 8. Eu só tomei conhecimento desse ofício no dia 20. Eu ouvi a doutora indagar para o diretor de Secretaria, perguntar do ofício encaminhado à Corregedoria.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - No dia 8?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No dia 19.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ah, no dia 19.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. No dia 19.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - No dia 8, a senhora não...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, dia 8 eu não tomei conhecimento porque eu não trabalho na Vara Criminal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - A senhora só tomou conhecimento de que havia uma mulher na prisão no dia 19.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Através da imprensa, no dia 19, e quando chegou o comunicado do Conselho Tutelar.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - A senhora trabalha na mesma sala que o Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - As salas de vocês são distantes.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - São distantes.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - São distantes.

A senhora acredita mesmo que ele tenha recebido a recomendação para fazer esse ofício no dia 8?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Carlos Busato) - Com data do dia 8.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Com data do dia 8. No dia 8.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não posso lhe responder essa pergunta, até porque eu não presenciei nenhum diálogo sobre esse assunto com a meritíssima juíza. Eu só tomei, como eu afirmo, conhecimento no dia 20, quando ele estava na sala da magistrada.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Porque a juíza, o que nos parece, o que nos pareceu e o que nos leva a crer é que a juíza também, como a senhora, só se indignou com o caso no dia 20 por causa exatamente da ação da imprensa. Essa é a nossa idéia. Inclusive, lá, no Pará, no Tribunal de Justiça em que ouvimos a juíza, eu falei isso: "*Já sabemos o resultado do processo. O culpado será o funcionário*". E está se encaminhando para isso.

A senhora, como funcionária da Justiça, não acha que há uma tendência dos funcionários a cederem à pressão das autoridades maiores, com medo de depois não terem uma vida tranqüila no seu ambiente de trabalho, de sofrer represália de todos as demais autoridades? Até porque, pelo julgamento do TJ com relação à juíza, fica muito claro o corporativismo do Poder Judiciário do Pará. A senhora não vê esse cotidiano dos funcionários, principalmente da Justiça?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu respondo por mim. Eu jamais faria, jamais fui, nos meus quase 14 anos de serviço público, como serventúria de Justiça, jamais eu fiz qualquer procedimento sob pressão. Inclusive, já houve juiz que, quando recebia o processo que eu mandava do cartório, que devolvia aquele processo sem o despacho, em razão do



problema de afastamento, seja de saúde, seja de férias, que devolvia sem despacho, eu certificava nos autos que o processo havia sido devolvido pelo magistrado sem o despacho. Eu particularmente jamais agi e jamais agirei sob pressão de juiz, porque eu não estou ali... eu estou subordinada a um magistrado, mas o mais importante é a minha função, é a minha reputação, é o meu trabalho como serventúria de Justiça.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, o que leva a senhora a ter tanta certeza de que foi o Graciliano que mentiu e que a juíza não mentiu?

Porque a senhora só viu o ofício no dia 20. Está comprovado que o ofício foi feito através dos autos, do levantamento do computador, que esse ofício foi feito também no dia 20. Ele nunca foi feito no dia 8. Portanto, a Dra. Clarice nunca assinou esse ofício no dia 8, ela assinou também no dia 20. Então, ela sabia que não havia ofício nenhum antes do dia 20.

O que leva a senhora a ter certeza de que é o Graciliano que mentiu e não a Dra. Clarice que mentiu? Por que ele é o lado da corda mais fraca e ela o da corda mais forte? Ou é verdade mesmo isso que ele diz que a senhora coloca de que ele é uma pessoa que tem envolvimento com tráfico de drogas, é uma pessoa inidônea perante a sociedade? O que leva a senhora a ter certeza de que ele é que está mentindo, uma vez que a senhora tomou conhecimento de todos os fatos só no dia 20 perante ele e perante ela? Qual a convicção que a senhora tem de que ele que mente e não ela?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Como eu já falei, eu não posso afirmar se a juíza mentiu. Para mim, ele me usou, mentiu porque eu achei que, como ele estava falando perante a magistrada, quando ela indagou se realmente era aquele ofício que havia sido transmitido para a Corregedoria, eu achei que ele estava... eu jamais poderia imaginar que ele estivesse mentindo. Eu só fui saber da mentira que realmente aconteceu quando a Corregedoria esteve, se não me engano, no dia 26, na comarca, que eu fui comunicada, através da Corregedoria. Antes disso, para mim, a verdade era que esse ofício havia, sim, sido transmitido no dia 8.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - A mentira que a senhora diz é com relação a ele não ter-lhe procurado para postar o carimbo no ofício.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas como que ele a procuraria se não havia ofício? Se o ofício foi feito no dia 20?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. E só ele sabia que esse ofício não havia sido feito. Só ele sabia que esse ofício não havia sido passado pelo fax.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ele poderia ter passado um ofício sem assinatura da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Mas aí é a questão que eu só fui tomar conhecimento nesse dia.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Quando o delegado envia um ofício, como o que ele enviou para o Fórum? Qual o procedimento? Quem recebe esse ofício no Fórum?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Existe um setor de protocolo em que os ofícios encaminhados aos juízes das Varas, eles são entregues na Secretaria da Vara e um diretor de Secretaria leva até o juiz do qual é titular para que ele despache. O juiz despachando, o cartório cumpre, tem o dever de cumprir o que o juiz determina.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O diretor de Secretaria, no caso, seria a senhora ou outro?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. O diretor... Só me compete aquilo que vai para a Vara da Infância e Juventude, que é a 1ª Vara Cível. Nós temos 3 Varas, sendo duas Cíveis e uma Criminal. Então, a que vai dirigida para a 2ª Vara, o que vai dirigida à 2ª ou 3ª Vara não passa pela Secretaria do Fórum e nem pela minha Secretaria, e, sim, vai direto à Secretaria de cada Vara.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Só para repetir o que os outros colegas já perguntaram para a gente ter certeza aqui.

A senhora, com certeza, nunca foi coagida pela juíza, nem o seu nível de amizade com ela poderia ter-lhe levado a ficar do lado dela nessa situação?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, Excelência, porque eu sempre cumpri as minhas... sempre mantive contato com



todos os magistrados dos quais eu já trabalhei, sempre tive livre acesso com eles, mas jamais nenhum deles pediu qualquer irregularidade.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ela estava afastada agora nesse período de lá, da comarca, ou ela estava respondendo pela comarca?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ela estava de férias.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Quando ela não... Ela não foi afastada em nenhum momento.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ela estava de férias.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Por conseqüência desse caso.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Estava de férias e depois que ocorreu essa... perante a Corregedoria, que saiu esse resultado.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Quando ela não está de férias, quando ela está respondendo pela comarca, quanto tempo ela fica na Comarca de Abaetetuba, normalmente? Quantas vezes na semana?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Quando ela estava na comarca, ela chegava sempre na segunda-feira e iria, às vezes, quando ela tinha algum problema, ela iria na quinta-feira à tarde, quando não, na sexta-feira ela retornava para a Capital.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - A senhora presenciou ou teve conhecimento de alguma reunião depois da notícia da imprensa, dia 19 ou 20, do caso da menor L? A senhora presenciou ou teve conhecimento de alguma reunião, no Fórum, da juíza, da delegada e da promotora, em que elas se reuniram para falar sobre esse caso?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu tomei conhecimento de que eles estavam lá, na sala da meritíssima, os defensores públicos e os promotores de Justiça estavam reunidos para fazerem uma nota para que fosse levado à imprensa sobre o caso.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eles se reuniram para combinar como fazer a nota?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, eles estavam conversando ali. Eu não sei qual o teor, mas eles estavam fazendo uma justificativa do que estava ocorrendo em relação a menor.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Obrigada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Busato.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Dra. Lourdes, eu estava lendo aqui o relatório. Diz que o superintendente requereu a transferência da presa no dia 5 do 11. Pelo que eu estava lendo aqui nesse relatório da Corregedoria. Dia 7, o ofício deu entrada e dirigido à Dra. Clarice. É isso?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, não poderei responder a sua pergunta, porque esse ofício não vem dirigido à Secretaria do Fórum, e, sim, à Vara Criminal.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Está bem. Aí, dia 7, foi encaminhado à 3ª Secretaria, à D. Ana Dias. No mesmo dia 7 a Ana entregou para o Graciliano, pelo o que está aqui no relatório. E no dia 7 o Graciliano entregou à juíza. Aí, depois, diz que o Graciliano só viu esse documento novamente dia 20. Alguma coisa entrou dia 5 aqui e esse documento original foi substituído por outro então? Hein, Domingos, pelo o que eu entendi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Pois é. Pelo que nós vimos nos atestados aqui, só foi criado realmente no dia 20. Não sei que documento é esse que falam aqui nesse relatório, Sr. Presidente, que dia 5 deu entrada uma solicitação de transferência do preso. É isso?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não. O ofício do delegado regional é do dia 5, mas ele só protocolou dia 7.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Certo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do dia 7 ao dia 20, esse ofício não foi movimentado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Ficou extraviado?



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A transferência só foi feita no computador no dia 20.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - No dia 20. Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o carimbo foi colocado com data anterior.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - No segundo documento da transferência.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É. No ofício que diz que encaminhou pedindo a transferência para o corregedor.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Muito bem.

Dona Lourdes, só a senhora pode carimbar esses fax que chegam?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. São as pessoas que me auxiliavam na Secretaria do Fórum.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O Sr. Graciliano não poderia?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Eles passam o fax, mas eles não colocam o carimbo. Esse carimbo é colocado pela Secretaria, somente pela Secretaria do Fórum.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Somente pela Secretaria que a senhora chefia?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A senhora ou algum funcionário seu, então?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Já aconteceram outros fatos semelhantes a esse em outros episódios, de a senhora ter que carimbar um fax que não sabe, que não tem certeza se é do dia ou não é?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Já, pelo seguinte: porque quando havia aquelas operações da Polícia Federal, eles geralmente passavam fax às vezes do gabinete ou um funcionário do cartório ia na Secretaria do Fórum, passava o fax no fax da Secretaria do Fórum e mandava a gente apor o carimbo, só que não deixava que nós lêssemos o conteúdo, uma vez que eles alegavam que era sigiloso.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas a senhora coloca um carimbo num documento e não sabe nem o que está escrito?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Esses carimbos da Polícia,...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Da Polícia Federal que eu falo.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ... eu não coloquei nenhum carimbo.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - É um fato comum, então, corriqueiro, dentro do Fórum, carimbar um documento sem ter certeza de que realmente ele tenha chegado naquele dia.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, isso é muito raro acontecer. Só realmente acontece, acontecia quando era no período da tarde, que não ficava servidor na Secretaria, que eles iam lá e passavam o fax.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Tá. E essa questão dessa menina que ficou presa desde o dia 7, digamos assim, até o dia 20? A senhora acha que isso aconteceu por que fato? Foi uma bobeira que deu no pessoal que o ofício ficou extraviado, ou foi proposital? O que a senhora supõe?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu acredito que não foi proposital. Eu acredito que houve uma falha,...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Uma falha e depois foi tentado corrigir com a data posterior?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...foi tentado corrigir e omitido pelo diretor de Secretaria a verdade. Porque eu acho que se foi esse dia redigido, seria o correto ele comunicar para a Corregedoria que realmente esse documento estava lá e que tinha havido esse problema, ou acontecido algum problema que não foi enviado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Muito bem.

O Graciliano tem o mesmo nível hierárquico que a senhora dentro do Fórum?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. A parte do...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não é seu chefe?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ele não é meu chefe.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Esse ato que ele supostamente cometeu de tentar fraudar uma data, digamos assim, de um documento. Por que a senhora acha que ele fez isso? Para proteger a juíza ou para proteger um erro dele?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não sei na verdade o porquê que ele fez isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Acha que foi de má-fé ou foi...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não sei lhe dizer. Infelizmente, até hoje, eu fico com essa dúvida do porquê esse procedimento dele.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - A senhora diz que foi afastada dos seus afazeres durante esse período, né?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Sim.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E ele também foi afastado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi afastado.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E ele continua afastado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Até que a Corregedoria determine o nosso retorno, nós continuamos afastados.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Os 2. Está bem.

Era só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com a palavra a Deputada Cida Diogo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu queria, primeiro, só esclarecer, deixar registrado que a senhora afirmou que não era rotina, mas acontecia, de uma certa forma, com alguma regularidade, principalmente na parte da tarde, uma conduta como essa, né?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.



A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Isso acontecia. E a senhora também concorda, como já respondeu para o Presidente da CPI, que isso é uma conduta irregular?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, eu, naquele momento, para mim, a conduta não era irregular. Porque, como eu falei, a gente, nós procuramos trabalhar de forma a dar celeridade nos procedimentos forenses. Então, nós confiamos que um colega jamais iria... eu confiei que um colega jamais iria prejudicar. Entendeu?

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Agora, quando esse colega solicitou à senhora que emitisse o carimbo confirmando que a entrega do ofício tinha sido dia 8, foi nesse momento, na sala da juíza, que a senhora chegou, ele estava com o ofício na mão, apresentou para a senhora? Foi na sala da juíza que a senhora então emitiu o carimbo e confirmou?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Foi nesse momento?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi nesse momento.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - No dia 20?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso, dia 20. Isso.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Então, a senhora chegou, ele apresentou e usou esse argumento e disse: ...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - ... *“Aí o ofício assinado pela juíza”*.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Já estava assinado.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Tá. Então, a senhora há de concordar que quando a Corregedoria, investigando os dados contidos no disco rígido sobre a emissão do documento, confirmou que esse documento foi elaborado e emitido no dia 20, e quando a senhora chegou à sala, o Sr. Graciliano estava junto com a juíza



e pediu a senhora para carimbar e confirmar que a data era do dia 8. A senhora há de concordar que a juíza, Dra. Clarice, estava, apesar de não ter sido ela que pediu à senhora, não foi ela que pediu, foi o Sr. Graciliano que pediu. E, confiando na fé pública que ele tem, a senhora assinou e carimbou, confirmando a data do dia 8. A senhora há de concordar que a juíza Clarice, mesmo não tendo falado nada nesse momento, ela ficou quieta, muda. A senhora entrou na sala e só o Sr. Graciliano é que pediu à senhora que confirmasse a data do dia 8. A senhora há de concordar que a juíza, Dra. Clarice, estava em conluio com o Sr. Graciliano para que eles emitissem esse ofício naquela data, no dia 20. Ela sabia, porque se o documento foi emitido, provado pela Corregedoria, no dia 20, ela sabia que assinou um documento que tinha sido emitido naquele dia. E naquele dia que ela assinou esse documento, ela, junto com o Sr. Graciliano, na sala, ele pede à senhora para confirmar o carimbo. Ela assistiu a esse ato, ele pedindo à senhora para cometer um ato irregular. A juíza, assistindo a esse ato, ela participou de toda essa montagem que houve de alteração de data do documento. A senhora concorda com isso ou a senhora não concorda com isso?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu não posso dizer que eu concordo, até porque naquele momento eu não sabia a verdade.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Não, mas...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Não, eu não estou falando do momento.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Agora.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - No momento eu acho que a senhora está correta. A senhora foi enganada. A senhora confiou num colega de profissão, que tem fé pública, e achou que aquilo estava correto. A senhora confirmou ali, assinou, carimbou, confiando nessa fé pública desse colega de trabalho da senhora. Eu estou entendendo isso, e estou tentando...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu sei, entendo.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - ...ajudar a compreender o momento. Agora, passado o período, hoje, avaliando o que aconteceu naquela sala, com a juíza ao lado dele, fazendo a senhora... assistindo a Graciliano fazer a senhora



cometer um ato irregular, ela assistindo àquilo tudo, e tendo assinado aquele documento no dia 20 — porque a Corregedoria comprovou que ele só foi emitido no dia 20 —, a senhora concorda que hoje, avaliando esses fatos, a Dra. Clarice participou, ela ajudou, ela contribuiu...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Com a fraude.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - ...com toda essa fraude que houve, documental?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Hoje, na minha visão, diante de tudo que eu estou enfrentando, eu confesso para a senhora que eu não sei, na realidade, o que... me restou uma dúvida, em relação a que a juíza me falou que ele havia pedido para ela assinar aquele documento naquele dia porque era para jogar no sistema e enviar pelo correio. Como os magistrados às vezes assinam tantos ofícios, e às vezes nem sabem quais os ofícios assinados, então eu fiquei... eu, realmente, hoje...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Então, a juíza comentou com a senhora? Porque isso eu não sabia.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, a juíza comentou...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - A juíza comentou com a senhora que ele pediu para ela assinar...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Depois do ocorrido...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - ...no dia 20. Ele mesmo, ele pediu para ela assinar o ofício no dia 20.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso. Depois do ocorrido.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Aí ela assinou o ofício. Essa informação que a juíza passou para a senhora, de que ele pediu para ela assinar no dia 20, foi nesse momento, em que a senhora estava na sala, que ele pediu para a senhora também carimbar, ou foi depois de o fato exposto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, foi quando a Corregedoria detectou...



A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Que tinha sido emitido dia 20...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...que tinha sido emitido naquele dia.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Aí que ela abriu para a senhora que ela tinha assinado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Então, ela também não falou para a senhora... Além de a senhora estar carimbando e autenticando um documento como na data do dia 8, ela não falou naquele momento, na sala, que também tinha assinado naquele dia mesmo o ofício? Ela não passou isso para a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, eu...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Deputada Cida, me permite um aparte? Eu queria só perguntar para a Sra. Lourdes... Porque, veja bem, a senhora tomou conhecimento do fato no dia 19. Do dia 14 ao dia 19, a mídia já tinha tomado conta desse assunto. A senhora foi chamada pelo Sr. Graciliano no gabinete dele para ir ao gabinete da juíza. Eu imagino que havia um alvoroço no Fórum. Todo o mundo preocupado. Estava todo o mundo lá, apavorado, para dar um jeitinho. Aí a senhora está afirmando que a juíza pode ter assinado esses ofícios do dia 20... Porque era impossível... Se os documentos foram feitos dia 20, e a juíza assinou, era impossível ter a assinatura dela se ela não tivesse plena ciência de que estava dando um jeitinho. Eu pergunto para a senhora: a convicção que a Relatoria tem é de que houve um erro coletivo ali. Não foi só de juíza; delegado, promotor e tudo, tentaram dar um jeitinho. Eu pergunto para a senhora: a senhora também não estaria, neste momento, ao invés de todo o mundo abrir o coração e talvez pedir desculpas para o País por um erro coletivo, de servidores, de promotor, de defensor, a senhora não está tentando, aqui, mais uma vez, tentando dar um jeitinho? Porque a senhora já é experiente; foi chamada pelo serventuário; a senhora foi ao seu gabinete, se encontraram no gabinete da juíza, lá apresentaram um documento, e pediram para a senhora dar uma certidão com data atrasada. Então, me fale: não estava... a senhora também não está, neste momento, aqui... A senhora prestou um compromisso de falar a verdade. A senhora também não está tentando dar uma arrumada para tentar encontrar um jeitinho para proteger alguém?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, Excelência. Eu vim aqui, fui convocada, estou aqui com o único objetivo de colaborar para que a verdade desse episódio, que seja... realmente, a verdade venha a ser encontrada por V.Exas. Eu jamais vou fazer, como eu disse... Se V.Exa. ler o parecer da última correição, vai ver a forma como eu trabalho, inclusive com vários... com alguns desembargadores e juízes. A minha vida está aí para qualquer... Se vocês quiserem abrir meu sigilo, eu estou aqui para dar essa oportunidade, entendeu?

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Dona Lourdes, só tranquilizando um pouco a senhora, eu acho que o que a gente está tentando aqui é identificar o erro que houve em todo esse processo, para que ele não aconteça mais.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Eu acho que a senhora dá uma contribuição nesse sentido. E aí a grande preocupação que eu senti na fala da Deputada Jusmari, e que eu acho que é um pouco também do conjunto da CPI, é que eu sinto que a senhora identifica muito na pessoa do Sr. Graciliano uma responsabilização muito grande, e que eu acho que teve, de fato. Eu não discordo da senhora; eu acho que está correto, ele não podia ter usado da relação de trabalho, da fé pública que ele exerce, da confiança que a senhora teve, e colocado a senhora para carimbar e assinar aquele documento. Concordo plenamente. Agora, só não dá para aceitar, à luz de todas essas informações que a senhora acaba de prestar... porque para mim fica muito claro, muito claro que a juíza, que na minha avaliação deveria ser a autoridade máxima na defesa da justiça, na defesa da lisura de todo o processo, ela participou de forma clara nesse processo de fraude documental. Não tem como retirar da juíza a responsabilidade. Eu entendo que a senhora está tendo o cuidado de... Porque a pessoa que esteve mais diretamente envolvida com a senhora, convencendo de assinar e carimbar, foi o Sr. Graciliano. Mas o fato de ela estar na sala, mesmo que ela não tenha falado nada, acho muito difícil, acho improvável ela não ter citado uma palavra nessa hora. Mas, tudo bem, eu não estava lá, a senhora é que estava, e a senhora está alegando que foi só o Sr. Graciliano que a convenceu de carimbar e assinar. Mas só o fato de ela assistir



calada à condução do Sr. Graciliano, de ela primeiro ter assinado um documento que tinha sido emitido no dia 20 e assistir ao Sr. Graciliano convencê-la de carimbar e assinar, autenticando como se o documento tivesse sido do dia 8, para mim só isso já caracteriza o grau de responsabilidade e comprometimento da Juíza Clarice com todo esse processo fraudulento. Então, para mim está claro isso, não tem como negar. E acho que, à luz... no momento, talvez a senhora não tivesse clareza, mas depois de tudo passado, eu tenho absoluta certeza... Acho que o cuidado que a senhora está tendo, o receio é natural. Não vou querer que a senhora aqui publicamente assuma qualquer tipo de crítica a uma juíza. Não vou exigir isso de uma funcionária. Eu sei o quanto essa relação de trabalho, de poder que existe dos juízes é muito grande. Não vou querer que a senhora assuma isso. Mas eu tenho absoluta certeza de que, na consciência da senhora, a senhora também concorda com a maioria dos membros dessa CPI que a Dra. Clarice teve uma responsabilidade enorme nesse processo fraudulento que houve. Não tenho dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Antes de passar a palavra ao Dr. Talmir, a senhora conhece Ana Rodrigues?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Sim, ela é servidora da 3ª Vara Penal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela trabalha junto com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Junto com Graciliano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Junto com Graciliano.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É uma pessoa respeitada lá na 3ª Vara?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ela é uma pessoa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De confiança?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Até então, não tenho nada que desabone sua conduta. É uma pessoa muito esforçada no seu trabalho. Ela é competente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Sra. Ana Maria, respondendo ao Desembargador Corregedor sobre a sindicância aberta para apurar as irregularidades cometidas, ela afirma... ela confirma que no dia 20/11 a Dra. Maria Clarice, sendo informada da urgência do assunto, ela sentou-se, sentou-se, juntamente com a magistrada. Ana Maria Rodrigues sentou-se com a magistrada, a Dra. Clarice, e a Dra. Clarice a ajudou a confeccionar um ofício com o pedido de autorização de transferência à Corregedoria no dia 20/11. Ana afirma... Ana afirma ainda que, por ordem da Dra. Clarice, fez constar no ofício data retroativa do dia 7/11. Essas são as declarações de Ana Maria Rodrigues, que também trabalha na Vara. Ou seja, nós temos aqui uma colega da senhora que está afirmando que, no dia 20/11, quando a Dra. Clarice tomou conhecimento dos fatos, e alegando que não sabia que o assunto era tão urgente, ela sentou-se junto com a juíza. A juíza ajudou a elaborar o ofício no dia 20/11, e ela colocou data retroativa, 7/11, para a Dra. Maria Clarice assinar. Nós temos uma versão aqui de uma servidora que a senhora diz que é uma pessoa idônea. Nós temos a palavra de um diretor, que também afirma que foi feito no dia 20, com data retroativa. Nós temos a palavra de um Juiz Corregedor, que, na sindicância apurada, não restou dúvida ao afirmar que a juíza assinou, a juíza falsificou um documento com data retroativa para encobrir os erros. Nós temos um disco do computador onde está gravado que o ofício foi feito no dia 20, e não no dia 7. Nós temos o Desembargador, que afirma que não recebeu nenhum ofício da juíza antes do dia 20. Nós temos um carimbo dos Correios, que confirma que o ofício foi postado no dia 20. Ou seja, nós temos aqui vários instrumentos, documentos e pessoas confirmando que o ofício foi feito no dia 20, com data retroativa ao dia 7, para acobertar as irregularidades. Só temos a senhora, a senhora afirmando que quem está errado é o diretor. Pergunto eu: estaria o Desembargador enganado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, jamais vou contestar a Corregedoria, porque eles sempre agiram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Estaria Ana mentindo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu não sei. Eu estou falando apenas por mim o que foi que ocorreu, o motivo de eu estar respondendo esse PAD, Excelência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tudo bem. Só estou dizendo para a senhora o seguinte: nós temos aqui a palavra e documentos que atestam... A palavra de mais... São 3 pessoas já, no caso aqui, que atestam que o documento foi feito no dia 20, com data retroativa. Nós temos o disco do computador que confirma — estava gravado — que foi feito dia 20. Temos o carimbo dos Correios que diz que foi enviado no dia 20. Nós temos um Desembargador que diz que não recebeu nada entre o dia 7 e o dia 19, recebeu no dia 20. Nós temos um caso real, que foi a menor permanecer presa até essa data. E nós temos uma juíza que diz que assinou um documento com data retroativa a pedido de um diretor. E só temos a senhora querendo defender a juíza. Quero alertar a senhora de que a senhora já responde a um processo administrativo e pode até ser absolvida pelo Tribunal de Justiça, como eles absolveram a juíza, num corporativismo muito grande, mas a CPI não vai agir como agiu o Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Na CPI, nós vamos levar em consideração não é a amizade, não é corporativismo. Nós vamos levar em consideração os fatos, os depoimentos e os documentos que atestam que a juíza mentiu, que ela falsificou um documento, que ela induziu funcionários a falsificar documentos com datas retroativas. Para nós não resta dúvida. Se a senhora continuar insistindo na tese para acobertar a juíza, a senhora também vai ser indiciada pela CPI por atuar em conjunto com a magistrada, tentando enganar a CPI, mentir para a CPI, e tentando acobertar os erros cometidos por ela. Portanto, deixo aqui esta palavra para que a senhora possa refletir, durante os minutos finais da senhora, se a senhora quer continuar com essa tese, porque, com os documentos que nós temos e os depoimentos que nós temos, para nós não resta dúvida. Com a palavra o Deputado Dr. Talmir.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Presidente Deputado Neucimar, gostaria que a Sra. Lourdes nos passasse um pouco do seu conhecimento em relação à vida da adolescente antes de ser presa, durante o período em que esteve presa e hoje, levando em consideração a assistência psicológica e social. Eu sou médico. Minha esposa é assistente social. Trabalha inclusive no Fórum. Nós temos um trabalho lá no meu Estado, onde nós acompanhamos crianças e adolescentes. Então, é muito preocupante, porque o que ocorreu com ela vai trazer um prejuízo, aí, praticamente



sem retorno. Então, o que ocorreu, antes, durante e agora, em relação a esse acompanhamento social e psicológico?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - O senhor quer dizer em relação à prisão que ocorreu? Porque da prisão, como eu falei, eu só tomei conhecimento pela imprensa. Eu continuo afirmando, dizendo o que eu disse. Eu não estou aqui para acusar nem para defender juiz. Eu estou dizendo aquilo que ocorreu para que eu apostasse aquele carimbo. Agora eu, como mãe, como mulher, sei que houve uma injustiça muito grande com essa adolescente, porque eu tenho filhas, e eu jamais gostaria que as minhas filhas passassem por essa experiência. Então, eu não estou aqui... Eu quero que seja feita justiça, que a Corregedoria, por quem eu tenho todo o respeito, cumpra — estão cumprindo — com seriedade a tarefa deles. Então, eu quero que tudo isso seja esclarecido, para o bem da verdade, e que essa menor, diante de tudo que ela está passando... eu sei que isso aí vai ficar para o resto da vida dela, mas eu espero que ela consiga superar tudo isso, que o senhor, como médico, que as pessoas que estão atendendo, na assistência, possam dar a ela condições, entendeu? Eu sou... eu fui contra tudo isso.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - A senhora não sabe de nenhum envolvimento de crime organizado, ligado à questão de corrupção, à questão de... de levar a que o sistema tenha sido conivente nessa atitude para com ela?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Não, Excelência. Não tenho nenhum conhecimento. Sei que Abaetetuba, como toda a mídia sabe, é um lugar que está na imprensa sempre, por causa do tráfico, entendeu? Nós temos casos de prostituição, temos adolescentes, menores correndo risco, então... mas esse... relacionado a que o senhor falou, eu não sei lhe informar se houve conivência de autoridades em relação a esse caso.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Dra. Lourdes, quando esse episódio da menina lá em Abaetetuba, Relator Domingos... ele foi divulgado na imprensa mais ou menos dia 15, não foi? Começou a... dia 15, por aí, começou a imprensa a noticiar que havia uma menina presa na cadeia junto com 20 homens, não é isso? Esse episódio, evidentemente, no Brasil inteiro deu uma repercussão enorme. Nós, lá no Sul, eu, lá no Rio Grande do Sul, nós ficamos sabendo dia 15, e o *Jornal Nacional*, os jornais locais, os jornais impressos, todos os dias, Deputada



Cida, batendo em cima da tecla de que havia uma menina presa com 20 homens, que foi constatado etc. e tal. Evidentemente que lá no Pará também. Eu acho foi um... deve ter havido uma repercussão maior, maior ainda do que lá no Rio Grande do Sul.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Então, eu imagino que, dentro do Fórum... Se já lá no Rio Grande do Sul, eu que sou arquiteto, Deputado Pinto, eu que sou arquiteto me chamou a atenção, lá em casa chamou atenção, imaginem vocês o que isso deve ter dado de repercussão dentro do Fórum, ou dentro lá da... Isso deveria ser um comentário geral entre todos os funcionários lá, que houve essa...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É, houve esse comentário. Até então, eu... quando eu...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Dia 19 chegou ao ápice.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Chegou. Quando eu tomei conhecimento do que estava havendo, e estava havendo...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Foi dia 19?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No dia 19. Quer dizer, não chegou ao meu conhecimento que essa menor, ela estava... Em momento algum eu soube, não me foi informado, que o delegado...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Mas o Brasil inteiro sabia!

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...que o delegado mandou comunicar que ela estava presa numa cela com homens, entendeu?

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - O Brasil inteiro sabia!

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu só soube através da imprensa. Da imprensa.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Pois é, através da imprensa. Não, através da imprensa, é isso o que eu estou comentando. Um comentário geral deve ter sido, na cidade, no Fórum, imagino.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Com certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - E dia 20 a senhora vai lá e carimba um documento sabendo que está atestando que é do dia 8? A senhora há de convir que a senhora é muito ingênua, para o meu gosto.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, eu cometi um...

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS BUSATO - Para 14 anos de Fórum, doutora, dia 20 pedirem para a senhora carimbar um documento com o dia 8? Eu acho que deu uma pane de ingenuidade no Fórum todo. Eu acho que foi isso o que aconteceu, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Domingos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Lourdes, eu queria fazer mais algumas perguntas objetivas. A senhora se lembra das palavras do Sr. Graciliano? Quando ele chamou a senhora no gabinete dele, a senhora se lembra do que ele lhe disse?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ele me chamou... que eu me dirigisse até a sala, que a Dra. Clarice estava me chamando para eu ir falar com ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas ele falou para a senhora por que a juíza queria falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ele só me chamou para eu ir até a sala da magistrada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. Ele pediu para a senhora colocar o carimbo em algum documento lá no gabinete dela, ou no gabinete dele?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, foi dentro do gabinete da magistrada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, no gabinete dele, ele não pediu nada para a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, até porque eu não fui chamada lá no gabinete dele. Ele se dirigiu até a Secretaria do Fórum e me chamou para que eu fosse ao gabinete da magistrada.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Porque eu tinha entendido antes que a senhora teria ido ao gabinete dele.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então ele foi à Secretaria onde a senhora trabalha...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi no gabinete da magistrada que ocorreu esse fato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, só para ver os passos: a senhora foi comunicada por ele, no seu ambiente de trabalho, de que a juíza queria falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É. Ele foi me chamar na Secretaria do Fórum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só disse que a juíza queria falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto tempo a senhora levou entre o recado que ele deu para a senhora ir até o gabinete?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu acho que em torno de uns 10, 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando a senhora chegou, ele já estava lá?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Já estava no gabinete.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora carimbou o documento no gabinete da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No gabinete da juíza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora foi ao gabinete. A senhora já levou o carimbo, ou voltou para apanhar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Quando ele falou... Quando ela perguntou sobre o ofício, se era aquele mesmo o ofício que ele havia transmitido, e ele afirmou que era, e ela perguntou se foi



transmitido para a Corregedoria, ele disse... ele falou, naquele momento, que eu havia esquecido de apor o carimbo. E eu, acreditando na palavra dele, fui até a Secretaria do Fórum e busquei o carimbo, e coloquei o carimbo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora leu o documento ou só colocou o carimbo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, quando ele me deu o documento...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que a senhora carimbou, a senhora leu?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ... eu vi o conteúdo, que se tratava... Só li o nome: Lidiane...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora leu todo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, não li todo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não leu.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...só que se tratava de Lidiane da Silva Prestes, se não me engano, o nome.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Domingos, só... acompanhando esse raciocínio, então, quando a senhora chegou à sala da juíza, ela mesma... ela mostrou o ofício para Graciliano e perguntou para ele se era aquele ofício que ele tinha emitido?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ele estava com o ofício em mãos...

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Isso.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...e ela indagou se era aquele ofício que ele havia passado para a Corregedoria, entendeu?

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Para a Corregedoria ou para... lá na...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, para a Corregedoria.

A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Por fax, para... no dia 8. Tá, no dia 8.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso, por fax, no dia 8.



A SRA. DEPUTADA CIDA DIOGO - Tá. E aí esse ofício, se... Só tentando entender, imagine bem: a juíza pergunta se era aquele ofício, um ofício que ela sabia que tinha sido redigido naquele dia. Tá? Se ela não sabia que tinha sido... Vamos dizer que Graciliano também enganou a juíza. Enganou a senhora para colocar o carimbo e enganou a juíza dizendo que no dia 8 tinha mandado aquele ofício para a Corregedoria. Então, esse ofício... o máximo que poderia ter acontecido era o Sr. Graciliano ter remetido esse ofício sem a assinatura da juíza, porque com certeza a juíza só assinou esse ofício no dia 20, porque o disco lá do computador confirma que ele só foi feito no dia 20. Então, na verdade, além de ajudar na montagem do documento, houve inclusive uma encenação, nesse momento, da juíza, perguntando se era aquele ofício mesmo, porque ela sabia que o máximo que aquele ofício, se ele tivesse sido... Vamos dizer que ele a tivesse enganado dizendo que tinha feito no dia 8 mesmo; ele teria sido emitido sem a assinatura dela, porque só constou a assinatura dela no dia 20. Então, além de toda a questão de fraude documental, teve toda uma cena montada para a funcionária poder emitir o carimbo ali na hora.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É o que pode ter acontecido, Excelência, porque eu confesso, e prestei juramento, e continuo afirmando: eu só soube no dia, pela Corregedoria, porque eu jamais teria assinado um documento postando uma data atrasada se eu não tivesse... se ele não tivesse afirmado perante a magistrada; tanto que eu falei para o meu diretor, quando eu fui... quando eu tomei conhecimento, que me abalou muito essa questão, porque eu fui responsabilizada. Sempre procurei honrar meu trabalho, e fui responsabilizada. Como... eu disse para ele: *"Doutor, o senhor acha que pode ter havido alguma coisa para me prejudicar?"* Porque eu jamais teria feito isso. Se o senhor ler o relatório da última correição, aqui eles falam a meu respeito, pelo meu modo de trabalho. Eu jamais iria fazer... Eu não estou mentindo aqui, porque eu não costumo mentir. Eu estou falando a mais pura verdade, o que aconteceu. Se houve um conluio, se houve alguma coisa dentro daquele gabinete, eu não posso dizer, não posso afirmar que houve. Eu sei o que me foi repassado, Excelência. Só isso é que eu posso dizer.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Lourdes, a senhora... depois do dia 20, manteve algum diálogo com a Sra. Ana Dias, que trabalha com o Sr. Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. A respeito dos fatos, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando a senhora entrou na sala da juíza, qual era o comportamento da juíza e do Sr. Graciliano? Era de tranqüilidade, era de apreensão? A senhora pode descrever?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu não notei, assim, nenhuma coisa... Eu notei, assim, muita... como é que se diz... o termo para dizer que... Eu não posso dizer assim. Eles... Não é nervosismo, é assim um... querendo resolver, assim, as coisas...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Estavam agitados.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É. Por exemplo, ele — não é? — então, procurando, ela pedindo documentos... É isso que eu posso dizer somente, entendeu? Porque, como eu não estou ligada, eu... Só foi esse episódio, e depois disso eu não tive mais...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora... pela sua vivência, pelo que a senhora conviveu desses fatos, a senhora acha que o Sr. Graciliano pode ter sido pressionado pela magistrada?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, se ele foi pressionado e agiu, falsificando uma certidão, eu acho que não foi correto. Se ele foi, se ela pressionou, isso eu não posso lhe dizer. Se ela pressionou... Porque, como eu digo, eu não estava presente. Segundo os depoimentos aí, ele apenas, quando foi fazer essa certidão, que ele junta aos autos, ele se dirigiu à Secretaria do Fórum com um papel rascunhado e me pediu o número do fax da Corregedoria, porque ele tinha que fazer uma certidão. Se a juíza pressionou, eu não posso responder, porque eu não estava presente no cartório nem na sala dela quando ela ou pediu ou determinou que fosse feita aquela certidão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora concorda com a acareação com o Sr. Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Concordo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Obrigado.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu acho que a verdade tem que vir à tona.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A última pergunta que eu quero fazer para a senhora: nós temos a palavra do Desembargador Constantino.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Constantino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conhece ele?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Conheço muito bem, é uma pessoa muito competente, uma pessoa que realmente trabalha corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O desembargador tem alguma questão contra a juíza, a Dra. Maria Clarice? Conhece algum desentendimento entre os dois? Já ouviu falar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não é do meu conhecimento, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já ouviu falar?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, nunca ouvi falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nunca ouviu falar. Então, é uma pessoa idônea...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O corregedor é uma pessoa idônea...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...competente...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...competente, e agiu, no meu caso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ...e justo.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ...apesar de que eu fui prejudicada, mas ele agiu corretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, idôneo, competente, e uma pessoa justa.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acredita que uma pessoa idônea como o desembargador, competente como o desembargador, faria um relatório que incriminasse a juíza se ele não tivesse certeza de que os fatos apurados representam a verdade?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu creio que não, porque se ele apurou, se ele fez um relatório, é porque ele tem convicção daquilo que ele apurou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - *O.k.* Está encerrado o depoimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente... Sr. Presidente, só para uma dúvida: a senhora viu o rascunho desse documento, do ofício, na mão do Sr. Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Eu vi ele com um papel pedindo o número do fax para fazer uma certidão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está reaberto. Deputado, eu havia determinado... V.Exa. disse que não faria mais perguntas, e eu encerrei o depoimento. Então, tendo em vista que V.Exa. deseja fazê-lo, fica reaberto, para me dar a palavra final.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É só uma dúvida que surgiu, referente ao ofício. Perguntaria à depoente se ela viu nas mãos do Sr. Graciliano o rascunho do conteúdo do ofício.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não viu?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não vi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Viu só o ofício no gabinete da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente. Só o ofício, já devidamente assinado, já. Só isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - *O.k.* Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está encerrado o depoimento. Agradecemos a presença à Dra. Fátima, aqui conosco.



A Secretaria vai tomar as devidas providências enquanto vamos ouvir o Sr. Graciliano, o qual peço à Secretaria que introduza neste plenário. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Convido o Sr. Graciliano Chaves da Mota para prestar depoimento a esta Comissão. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sr. Graciliano, boa tarde.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Queria que o senhor falasse perto do microfone, por favor.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Boa tarde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor foi convocado para depor nesta CPI sobre o episódio ocorrido na cidade de Abaetetuba, no ano passado, envolvendo a jovem Lidiane, no caso em que a magistrada Dra. Clarice é acusada em um relatório feito pelo Corregedor do Tribunal de Justiça, o Desembargador Constantino, de ter falsificado documentos para tentar acobertar supostos erros cometidos durante o processo.

Eu queria neste momento que V.Sa. prestasse juramento a esta Comissão.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Juro, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e que me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor trabalha no Fórum há quanto tempo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Quatorze anos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quatorze anos. Concursado?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Concursado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sempre na mesma função?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Sempre na mesma função.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Conhece a Dra. Clarice há quanto tempo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Há quanto tempo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Mais ou menos uns 5 meses.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Cinco meses. Sobre o fato ocorrido na cidade e na 3ª Vara, envolvendo... na 3ª Secretaria, envolvendo a menor Lidiane, a jovem Lidiane, queria que o senhor narrasse para esta CPI, para esta Comissão, diante dos membros desta Comissão, cronologicamente, todos os fatos, desde o primeiro documento chegado ao Fórum pedindo a transferência da jovem. Narre para nós todos os fatos, como se sucedeu e aconteceu tudo.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Inclusive eu trouxe cópia do documento, Deputado, aqui. Vou narrar os fatos. O Ofício 870, de 2007, deu entrada no Fórum. Era o ofício em que o Delegado Superintendente Antonio Fernando Botelho da Cunha pede a transferência da presa de justiça Lidiane Prestes, Lidiane Silva Prestes. Ele deu entrada no dia 07/11/2007 no Protocolo do Fórum, e nos foi repassado no cartório esse ofício. Nesse dia estava sendo realizada uma sessão do Tribunal do Júri, dia 7. Inclusive a sessão... ela não se realizou, em virtude da ausência do acusado. Ele não compareceu. A Dra. Clarice abriu a sessão, constatou a ausência do acusado, e depois fechou a sessão. Fez constar a ausência do acusado. Quando eu cheguei à Secretaria da 3ª Vara, a minha auxiliar judiciária me entregou o ofício, que ela recebeu na 3ª Vara. Eu peguei o ofício e fui até o gabinete da Dra. Clarice, e entreguei o ofício. A Dra. Clarice... Eu disse: *“Olhe, Dra. Clarice, chegou um ofício aqui pedindo a transferência dessa presa”*. Ela ficou com o ofício, e disse para mim: *“Ligue para a penitenciária”*. E as audiências que estavam marcadas no dia 12, de réus presos, que eram interrogatórios... se não me engano uns 5 ou 6 interrogatórios de réus presos estavam marcados para uma segunda-feira, dia 12. Ela disse: *“Você ligue para a penitenciária, peça para o diretor da penitenciária apresentar esses presos, já que não teve... não teve Tribunal do Júri nesta data, porque dia 12 não vou poder estar na comarca. Então, vou antecipar essas audiências, para realizar as audiências de réus presos.”* E assim eu fiz, e ela ficou com o ofício. Despachou, fez as audiências no dia 7, normal, transcorreu tudo normal, fez todas as audiências, os interrogatórios deles. No dia 8 nós tivemos outra sessão do Tribunal do Júri, que se realizou. Segui normalmente a sessão do Tribunal do Júri, e ela não me devolveu o ofício. Chegou o dia 9, foi uma sexta-feira. Ela, após a sessão do dia 8, que mais ou menos terminou lá pelas 20, 21 horas, ela se deslocou até Belém, porque ela ia receber o pai dela, o genitor dela, que vinha de



Anapu. Estava com problemas cardíacos, estava passando mal, e ela ia receber o genitor. E assim ela não veio na sexta-feira, não é? Que foi a sexta-feira dia 9. Aí, 10, 11, domingo, 12, segunda-feira ela não veio, porque justamente o pai dela ia fazer um cateterismo, e os médicos não fizeram o cateterismo porque ele chegou muito debilitado, e os médicos não fizeram; marcaram para quarta-feira. No dia 13 ela veio. Ela veio trabalhar, fez um mutirão do Tribunal do Júri, para liberar alguns presos da delegacia de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No dia 13?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - No dia 13. Ela não me devolveu o ofício também. No dia 13 estive com ela, lá no gabinete dela, o vice-diretor da penitenciária, Antenogênio Monteiro Rodrigues. Está aqui o depoimento dele. E ele foi falar com a doutora sobre justamente a transferência da presa, informar a ela que tinha uma presa que estava na delegacia de polícia em situação irregular. E ela falou a ele que ela estava... que ela tinha conhecimento do ofício e que ela estava providenciando a transferência da presa. Acabou o mutirão, ela voltou, retornou a Belém novamente, onde dia 14 o pai dela ia fazer o cateterismo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Como é o nome do delegado que esteve lá no dia 13?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Do... Era um Monteiro Rodrigues...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - “Antenogênio”.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Antenorgênio. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Então, dia 13, depois que ela realizou o mutirão, que ela estava liberando presos da delegacia, após o mutirão, ela retornou a Belém, que o pai dela ia fazer, já no dia 14, o cateterismo, né? Aí, dia 15 foi feriado — 15 de novembro. Dia 16, foi facultado. Dezessete, 18; dia 19, quando ela chegou, já estava o caso da menina, da moça Lidiane, já estava na mídia. Aí, dia 19, quando ela chegou, o Delegado Antônio Fernando ligou para ela no gabinete. Eu estava presente nesta hora. E o delegado ligou para ela para falar sobre o ofício referente à transferência da presa. E ela achou esse ofício em cima da mesa dela; ela achou e disse que depois conversaria com o delegado. Ela, na hora, despachou



o ofício. Ela primeiro colocou a data do dia 8/7. Logo em seguida ela rasurou — está aqui — com a data do dia 7. Despachou o ofício com a data retroativa, não com a data do dia 19. Passado isso, ela ficou com o ofício, não me devolveu. Chegou lá pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela despachou para quem o ofício?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, ela só despachou... Ela deu o seguinte despacho no ofício: *“Oficie-se à Corregedoria de Justiça, solicitando autorização, conforme requerido”*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.K.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Aí, ela colocou primeiro uma data, do dia 8/11, e depois rasurou, colocou do dia 7, como o senhor pode ver aqui. Após isso, ela ficou com o ofício. Chegou, assim, já no dia 20 — isso no dia 19, na segunda-feira —, no dia 20, ela me chamou no gabinete e mandou que eu fizesse um ofício para a Corregedoria, solicitando a transferência da presa junto ao Corregedor de Justiça. É esse outro ofício que tem aí. Eu fui até o cartório, passei para a auxiliar judiciária, e a auxiliar judiciária começou a fazer o ofício. Foi quando ela adentrou o cartório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome da auxiliar?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ana Dias. É a minha auxiliar judiciária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Ana é que fez o ofício?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi a Ana quem fez o ofício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No dia 20?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - No dia 20. Foi quando ela entrou no cartório, aí... porque nós já temos um padrão de ofício, solicitando transferência da presa para a Corregedoria. Então, isso nós já temos gravado lá, né? Ela só fez acrescentar... Só acrescentou uma frase. Aqui: *“Conforme solicitação do Sr. Superintendente Regional do Baixo Tocantins”*. E mandou, determinou à Sra. Ana Dias colocar a data do dia 7. Esse ofício sendo gerado no dia 20. Após o ofício ficar pronto, a D. Ana Dias imprimiu, ela assinou e levou o ofício em mãos. Mais tarde ela pegou e me mandou cópia do ofício para mandar pelos Correios. Cerca de meia



hora depois, ela me mandou a cópia do ofício, para eu mandar pelos Correios, o que foi feito. Mandamos pelos Correios, com data do dia 20. Mas o ofício estava datado do dia 7. Logo após... Depois, ela me chamou no gabinete; já se encontrava a D. Lourdes com ela no gabinete. A D. Lourdes deu um carimbo no rosto do ofício, que o senhor pode ver aqui, atestando uma transmissão de fax no dia 8. E postou que o fax... *“fax transmitido, porém não confirmado, em virtude de se encontrar no automático”*. Ela datou do dia 8/11/07 e assinou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Foi ela que escreveu esse... *“fax não transmitido”*?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi D. Lourdes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ela fez isso com base em que informação?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela carimbou o ofício. Ela estava no gabinete com a Dra. Clarice e ela carimbou o ofício, no rosto do ofício, esse carimbo de transmissão de fax, como se ela tivesse passado no dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você estava perto.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu estava no gabinete. Ela mandou me chamar no gabinete nessa hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você confirmou que havia sido passado esse fax no dia 8?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, eu não confirmei, porque eu não tinha passado fax nenhum. É a D. Lourdes que carimbou isto aqui. Após a transmissão desse fax, de ela ter carimbado esse fax, a Dra. Clarice me determinou que fizesse uma certidão dizendo que o ofício tinha sido passado dia 8, via fax, porém que não tinha sido transmitido em virtude de se encontrar no automático. Isso no dia 20. Eu não fiz a certidão. No dia 21 também não fiz a certidão. No dia 22, ela começou... A Dra. Clarice começou a rascunhar uma certidão, com um teor, como ela desejava, né? Só que no dia 22 eu não vim trabalhar à tarde, eu não fui trabalhar à tarde, justamente para não assinar a certidão, que eu sabia que, se um ofício que foi gerado dia 20 não poderia ter sido passado por fax dia 8. Então, eu não fui trabalhar. E ela várias vezes ligou para o meu celular; eu não atendi. Aí ela começou a pressionar a minha auxiliar, a auxiliar da 3ª Vara, a D. Ana Dias, para que eu



comparecesse no Fórum. A D. Ana Dias ligou para o meu celular, disse para mim: “Graciliano, a Dra. Clarice está determinando que você venha no Fórum, porque ela quer que assinasse essa certidão. Está pronta a certidão aqui”. Ela já tinha digitado a certidão, conforme ela havia rascunhado. Aí eu fui no Fórum, entrei na...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi o dia em que o senhor voltou ao Fórum? Dia 22?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A que horas?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Era por volta, mais ou menos, de umas quatro e meia. Que ela estava esperando só esse ofício para um oficial de Justiça viajar e levar essa documentação ao Corregedor. Quando eu cheguei no gabinete da 3ª Vara, eu interfonei. Eu cheguei na Secretaria da 3ª Vara, eu interfonei para o gabinete e pedi que a Dra. Clarice fosse até a Secretaria da 3ª Vara. Ela foi na Secretaria. Eu disse para ela: “Dra. Clarice, não posso assinar uma certidão porque eu sei que isto aqui não é uma certidão, não é a real verdade dos fatos. A senhora sabe que esse ofício não foi transmitido para a Corregedoria via fax, dia 8, uma vez que a senhora fez esse ofício com a minha auxiliar aqui, dia 20. E vai ser uma certidão de teor falso, não inteiramente, mas dizendo que no dia 8 teria sido passado um fax que na realidade não foi”. Foi aí que ela começou a me pressionar. Ela me pressionou. Disse que, hierarquicamente, eu teria de obedecer-lhe porque ela era juíza, e que ela era a minha superior, e que ela tinha assinado o ofício já, que a D. Lourdes já tinha firmado o carimbo de fax, dizendo que havia transmitido no dia 8. Mesmo assim eu ainda ponderei com ela: “Mas isso aí, Dra. Clarice, é enganar a Corregedoria, porque esse ofício só foi gerado dia 20”. E devido à pressão dela, muito grande; como ela disse: “*eu assinou, a D. Lourdes carimbou e firmou no rosto do ofício que passou o fax, e a sua obrigação é assinar a certidão*”; devido a essas pressões todas eu resolvi, porque a certidão... eu resolvi assinar. Olhei, vi o ofício assinado por ela; firmado no rosto do ofício um carimbo de fax pela D. Lourdes. Eu resolvi assinar. No dia em que ela despachou o ofício do pedido do delegado, de transferência da presa, que ela despachou com a data do dia 7 — primeiro, dia 8, rasurando para o dia 7, mesmo tendo ela despachado só no dia 19 —, eu pensei que ela fosse justificar junto à Corregedoria porque não despachou o ofício. Por



acúmulo de serviço, alguma coisa eu pensei que ela fosse justificar, justamente porque a 3ª Vara tem um grande volume de serviço, de trabalho; e ainda mais nós temos a Vara de Execuções Penais também, que foi implantada na Comarca e que também ela era juíza da Vara de Execuções Penais, e eu também estava tomando conta desse cartório também, da Secretaria da Vara de Execuções. Como ela estava também realizando Tribunais de Júri — 6, 7, 8; já acumulava Juizado Especial, Criminal e Cível, eu pensei que ela fosse justificar o não-cumprimento do ofício, não ter despachado o ofício, em virtude desses acúmulos de serviço. Só após que eu fui ver, quando ela começou a fazer o ofício pedindo a transferência da presa junto à Corregedoria, que fez com a data do dia 7, e mandou D. Lourdes, solicitou à D. Lourdes carimbar com a data do dia 8. A D. Lourdes fez, não sei por que. Até eu falei com a D. Lourdes: o mais prejudicial foi ela quem fez, porque, se ela não tivesse posto esse carimbo no rosto do ofício dizendo que teria passado o fax dia 8, a Dra. Clarice não teria incidido em erro, não mandaria esse ofício para a Corregedoria; ela não teria como me pressionar a fazer uma certidão, a assinar uma certidão. Ela deu margem, deu motivos para isso, quando carimbou. E foram esses fatos constantes que passaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor passa esses documentos aqui para a Comissão?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Passo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, o senhor afirma a esta Comissão que, no dia 7 de novembro, recebeu das mãos de uma funcionária da 3ª Secretaria...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - A auxiliar de Secretaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... o ofício encaminhado pelo delegado, solicitando a transferência da menor.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Da menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que no dia 8...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - No dia 7 mesmo eu passei para ela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... no dia 8 passou para a Dra. Clarice, que não se manifestou.



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não se manifestou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Que no dia 8, em uma outra oportunidade, ela também não se manifestou sobre o assunto; que no dia 9 ela não veio trabalhar, na sexta-feira; voltando só no dia 13...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Só no dia 13.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... onde ela teve uma...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela fez uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... uma audiência de mutirão.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Mutirão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Nesse mutirão o senhor estava presente?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Essa jovem estava no mutirão?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só estavam os demais presos?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Só. Ela pegava uma relação dos presos que estavam na delegacia e ela, com a promotora e defensora, escolhiam os presos que iam ser beneficiados pelo mutirão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E, no dia 14, ela não veio trabalhar?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - No dia 14, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - No dia 15 foi feriado.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi feriado. E dia 16 facultado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Enforcou...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Enforcou. Aí só veio dia 19, segunda-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na segunda-feira, dia 19, quando ela...



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - ... quando aí... Ela, falando com o delegado, ela encontrou o ofício na mesa dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, ela chamou o senhor... O ofício estava na mesa dela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava na mesa dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aí ela escreveu no ofício, que está relatado aqui: "*Ciente. Ofício à Corregedoria, solicitando autorização conforme*"...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - ..."*requerido*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k. "*Abaetetuba*" — realmente está rasurado no dia 8, com data do dia 7 depois. E, a partir daqui, ela pediu à Fátima... À Lourdes, né?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, a partir daí ela ficou com o ofício. Já no dia 20, na hora em que a minha auxiliar de Secretaria estava fazendo o ofício, pedindo a transferência da presa ao Corregedor de Justiça, que ela entrou, acrescentou aquela frase...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E solicitando um ofício...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - ... e solicitando que a D. Ana Dias que colocasse a data do dia 7 de novembro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o senhor não aceitou?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Ela saiu. Ela assinou o ofício e levou o ofício para o gabinete dela. Após isso, já no dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. Então, a Ana sentou-se com ela, nesse dia 20, e ela redigiu com data retroativa?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Com data retroativa, com a data do dia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E é este ofício aqui...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Esse ofício aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... com data retroativa?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na correção feita pelo... na inspeção feita pelo desembargador, ele foi direto no CD... no disco do computador, onde ficam gravadas todas as movimentações.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi, foi. E ele constatou que o ofício só foi gerado dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ao senhor não restou dúvida?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela tentou induzir o senhor a assinar uma certidão, atestando que havia feito esse ofício no dia 7 e encaminhado através de um fax; e o senhor rejeitou...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, ela só fez... que eu certificasse que o ofício foi passado para a Corregedoria, encaminhado via fax para a Corregedoria, no dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dia 8. E o senhor não fez a certidão, não assinou porque sabia que o ofício havia sido feito apenas no dia 20.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Apenas no dia 20.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ela insistiu por diversas vezes, e o senhor...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela me pressionou bastante para que eu assinasse a certidão, que ela mesma rascunhou e passou para a minha auxiliar para digitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A Sra. Fátima, o senhor conhece ela há muito tempo lá no Fórum? Lourdes de Fátima Rodrigues.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Lourdes de Fátima é Diretora de Secretaria também, da 1ª Vara, e assume a Secretaria também, do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor já teve algum desentendimento com ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Já fez alguma ameaça à doutora...



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, não fiz ameaças a ela. Eu só questionei, por ocasião em que ela carimbou o ofício, dizendo que tinha passado o fax, eu só questionei com ela que ela não deveria ter feito isso. Porque, com isso, quando ela carimbou, dizendo... no rosto do ofício, firmando que tinha passado um fax no dia 8, que ela sabia que não tinha passado, foi o que eu questionei com ela. Eu digo: “Agora a Dra. Clarice está me pressionando a assinar uma certidão em cima desse carimbo que você deu aí”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Posterior aos fatos, o senhor chegou a fazer alguma ameaça à Dra. Lourdes...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... em um ambiente, dizendo que ela estava falando demais...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - ... que estava telefonando demais para uma amiga dela...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Não fiz ameaça nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor é ciente de que ela enviou um ofício ao desembargador, fazendo declarações de que o senhor havia feito algumas ameaças a ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, não tenho conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não tem conhecimento?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O.k.

O Relator com a palavra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Graciliano, o senhor responde a algum processo criminal?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor já trabalha há quantos anos como serventuário?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Quatorze anos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sempre lá em Abaetetuba?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Sempre em Abaetetuba.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor responde a algum processo disciplinar, fora este?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estamos respondendo, eu com a D. Lourdes, sobre esse caso da menina Lidiane, mas ainda não foi concluído.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Antes deste, o senhor não respondeu a nenhum processo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor está afastado das suas funções?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estávamos afastados até 14, agora, de abril. Agora fizemos um requerimento para o Corregedor, para nós voltarmos às atividades normais, porque já... ele ainda não deu a solução do nosso procedimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A sindicância já foi concluída?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Só está na mão do Corregedor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, ainda não há parecer...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ele ainda não concluiu.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor poderia repetir de que forma o senhor foi pressionado pela juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Na forma que ela disse para mim: que ela tinha assinado o ofício; que a D. Lourdes tinha carimbado no rosto do ofício que tinha passado o fax. Ela determinou que eu tinha de assinar; que ela, hierarquicamente, era a minha superior e que eu tinha de obedecer-lhe.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor comunicou à Sra. Lourdes, lá no local de trabalho dela, que a juíza queria falar com ela no dia 20? O senhor é que foi avisar ela de que a juíza pretendia ter uma conversa com ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Com quem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com a Sra. Lourdes.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Se eu fui avisar...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No dia 20; sobre o ofício.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Hum...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando o senhor chegou no gabinete da juíza, a Sra. Lourdes já estava?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela já estava com a doutora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já estava?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Já estava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não foi o senhor que foi aonde ela... dizer a ela ir ao gabinete da juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES MOTA - Não, não foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quando o senhor chegou, quem era que estava com o ofício?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Quem estava com o ofício era... Estava em cima da mesa da Dra. Clarice o ofício.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A Dra. Clarice estava sentada.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava sentada, e a Sra. Lourdes em frente à Dra. Clarice.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Em pé.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, estava sentada, em frente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sentada. O senhor foi no gabinete da juíza a chamado da juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Fui a chamado dela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A chamado. E, quando o senhor chegou, ela estava sentada na sua cadeira. A Sra. Lourdes estava sentada de que lado? Lado direito ou esquerdo?

O SR. GRACILIANO CHAVES MOTA - Estava em frente à Dra. Clarice.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Certo. E tinha um ofício em cima da mesa?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava o ofício em cima da mesa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já estava carimbado?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi. Ela carimbou nesse momento, assinou...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Na sua frente?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Hein?



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela carimbou na sua frente?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Na minha frente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E o senhor... Os termos do ofício quem ditou foi a juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi a juíza... Uma parte só. Ela só ditou uma frase: *"Conforme solicitado pela"*...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Lá no seu gabinete?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Lá na 3ª Vara, na Secretaria da 3ª Vara.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Lá onde o senhor trabalha.

A juíza ditava, e a Sra. Ana Dias...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - ... estava digitando o ofício.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Digitando. Depois, a Sra. Ana Dias imprimiu...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Imprimiu, a doutora assinou e levou para ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Entregou para a juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso no dia 20?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Isso no dia 20.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A que horas, mais ou menos?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Isso era, mais ou menos, por volta de 11 e meia, meio-dia, por aí assim.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Onze e meia. Então, a juíza... Antes de a juíza ir lá para o seu gabinete, ela conversou com o senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, ela só conversou com o senhor lá no seu local de trabalho.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que ela falou para o senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, quando ela me chamou no gabinete, ela já estava com esse ofício...



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, antes. No momento em que a juíza saiu do gabinete dela, foi para o seu local de trabalho, determinou, ditou à Sra. Ana Dias que redigisse no computador o teor do ofício. Ela falou com o senhor antes?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não. Só falou depois que o ofício estava pronto.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, ela falou comigo antes que era para fazer o ofício para o Corregedor, solicitando a transferência da presa. Eu cheguei no cartório...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso no dia 20?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Isso no dia 20. Eu cheguei no cartório e disse para a auxiliar judiciária, D. Ana Dias: "Olha, faz um ofício, solicitando a transferência da presa Lidiane, para o Corregedor, que a Dra. Clarice mandou". Foi nesse momento... porque aí eu fiquei lá. Nesse momento que ela entrou na Secretaria da 3ª Vara, a Dra. Clarice, ditou essa frase aí, acrescentou no ofício essa frase e mandou que ela colocasse com a data do dia 7.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aí imprimiu...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Imprimiu. Ela assinou no cartório mesmo e levou com ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Levou para o gabinete?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Levou para o gabinete.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aí logo em... Mais ou menos, 11 e meia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É, umas 11 e meia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aí, a que horas ela o chamou no gabinete, que o senhor, ao chegar, encontrou a D. Lourdes?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Isso era por volta de umas 3, 3 e meia da tarde, já.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Três e meia.

Me diga o seguinte: o Ofício 39, que o senhor encaminhou para o Fórum... Você sabe qual é o teor do ofício verdadeiro? Havia um ofício... Vocês foram lá e



tinha uma ordem. Não tinha uma pasta com a ordem dos ofícios? Você assinou o 39... 3905, não é isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Hum.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que foi... está datado do dia 7. Não é isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Hum. Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Esse ofício não corresponde à ordem na pasta em que vocês guardam ofícios?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Certo. É que às vezes a gente perde o controle, se esquece de riscar o ofício...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quem foi que escolheu esse número?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi a D. Ana Dias.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A D. Ana Dias.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi. Porque esse ofício, essa duplicidade de número de ofício, é que às vezes a gente se esquece de riscar lá, e aí eu acabo fazendo outro ofício com o mesmo número.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor sabe qual é o teor que consta do ofício verdadeiro, do dia 13/11?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não sei, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor nunca teve a curiosidade de saber a que se referia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, eu não... Eu não tenho certeza, eu não vi, não, esse... Nós temos a cópia dele arquivada em pasta de ofício lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem informação de que houve uma operação da Polícia Federal, em que grampeou telefones ali, naquela região, em busca de crime organizado e tráfico de drogas?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Sei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que o senhor sabe sobre essa operação?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - O que eu sei dessa operação é que fizeram grampeamento em telefone, linhas telefônicas, e depois chegou inquérito contra algumas pessoas que foram indiciadas. Esse inquérito ficou com a Dra. Clarice. Depois, esse inquérito subiu para a Polícia Federal, que não era competência... ela se julgou incompetente. Enfim, subiu lá para a Justiça Federal.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor teve o telefone do senhor também listado para ser grampeado?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por que motivo? O senhor tem alguma...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu não sei. Para mim foi uma surpresa. Eu não sabia. Eu fui descobrir isso através de um advogado, que leu o processo e disse que o meu telefone estava grampeado. Eu não sei por quê.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor descobriu quando? Após esses fatos?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, antes desses... Antes desses fatos já tinha ocorrido isso aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - As suas declarações têm algum objetivo de se vingar da Dra. Clarice? O senhor tinha alguma inimizade com ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Mas de jeito nenhum! Eu não tinha inimizade nenhuma com ela. Eu tinha um bom relacionamento com ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem conhecimento de que na... Lá em Abaetetuba, só tem 1 delegacia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Tem só 1 delegacia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor conhecia bem a delegacia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, porque eu não era... não era muito costume meu ir à delegacia; é muito difícil.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor, antes de a imprensa divulgar a existência dessa senhora presa junto com homens, o senhor teve conhecimento de que ali tinha uma mulher presa?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Sabia porque foi mantido um flagrante, e o ofício é confeccionado em cartório.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor participava das audiências de mutirão com a juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Participava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A menor tinha sido liberada meses antes, num mutirão.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Tinha sido.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor compareceu a esse mutirão?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. O mutirão era feito dentro do gabinete da doutora. E tem a secretária dela, a D. Luíza, que faz as audiências com ela. E, conforme ela vai liberando, ela vai chamando a gente; e a gente lá, na Secretaria, a gente vai preparando os alvarás de soltura, levando para ela assinar e ir liberando os presos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, nesse mutirão, o senhor viu a Lidiane.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, eu não vi, porque quem fez a liberação da Lidiane, do alvará de soltura, foi a minha auxiliar judiciária, a Ana.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela chegou a falar para o senhor que tinha liberado uma mulher que estava presa na delegacia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Quem?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A sua auxiliar, nesse primeiro mutirão.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi. No primeiro mutirão, tinha... A Lidiane estava... Mas eu não cheguei a ver a Lidiane...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ela lhe falou. Mas todo mundo sabia que tinha uma mulher presa ali.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Tinha uma mulher presa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A juíza também, portanto, sabia que tinha uma mulher presa ali.



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Sabia, porque ela manteve o flagrante.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A promotora também.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Sabia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Defensora pública também.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Também.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A cidade toda sabia que tinha uma mulher presa na delegacia.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não sei se a cidade toda. Eu sei lhe dizer que lá... a juíza que manteve o flagrante, e nós...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas uma boa parte sabia, porque a distância da delegacia para o Fórum é 1 quilômetro.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do Fórum para a Defensoria, 200 metros.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Portanto, ali, pelo menos naquele raio, naquela quadra onde estava a menor, a delegacia, todo mundo sabia que tinha uma mulher presa.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É. Eu sei que lá, do Poder Judiciário, nós, os promotores e os juízes sabíamos. Agora, a população, eu não sei se a população sabia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Me diga o seguinte: quando o senhor tomou conhecimento, através da imprensa, que tinha uma mulher presa na delegacia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi quando começaram a falar na mídia. E eu sabia que tinha uma mulher presa na delegacia porque tinha sido mantido um flagrante, de uma mulher. Então, eu sabia que tinha uma mulher presa na delegacia. Só que eu não conheço a Lidiane, eu nunca vi a Lidiane. E aí eu fui saber desse caso, que ela era de menor e que estava no meio dos presos, de sexo masculino, quando começou a ser divulgado pela mídia.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Me diga o seguinte: o senhor já falou que, no dia 14, a juíza esteve fora.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Esteve fora.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Foi acompanhar o seu pai.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dia 15 foi feriado.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Feriado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dia 16 foi ponto facultativo.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Portanto, também não teve expediente.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dia 16 foi sábado; 17 foi sábado; 18, domingo.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Domingo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dia 19 a juíza chegou .

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Como era o ambiente no Fórum, diante dessa denúncia? Todo mundo estava tranqüilo ou estava todo mundo alvoraçado, agitado, diante da denúncia?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, estava todo mundo surpreso, vendo que estava saindo na mídia o tempo todo, dizendo que tinha uma moça de menor presa na Comarca de Abaetetuba. Então, estava aquela agitação... Para nós era uma surpresa, porque ninguém sabia que ela era de menor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor confirma que, quando o senhor chegou... O senhor foi chamado pela juíza no dia 20, aproximadamente 3 e meia da tarde. Quando o senhor chegou, a D. Lourdes já estava lá.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Já estava lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor confirma que o senhor entregou o ofício para a juíza no dia 7...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Dia 7.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso? A que horas, mais ou menos?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Depois que ela abriu a sessão do Júri. Mais ou menos umas 10 e meia que ela encerrou a sessão, foi para o gabinete, e eu levei o ofício para ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do dia 7 ao dia 20, o senhor não tocou mais no assunto para a juíza, ou o senhor perguntou por ele alguma vez, pelo ofício?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, porque no dia 13... No dia 8 ela fez Júri; dia 9 ela não ficou. Chegou no dia 13, já, que ela estava fazendo mutirão, o vice-diretor da penitenciária esteve lá com ela, falando sobre esse ofício e sobre a presa.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Portanto, ela, em nenhum momento, cobrou do senhor absolutamente nada do ofício.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor também não teve nenhuma participação nem na redação nem na colocação da data anterior.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor. Não fui eu que fiz. Foi a minha auxiliar, e ela confirmou isso em depoimento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Essa movimentação de processo, ofício, entre a Secretaria e o gabinete da juíza, não é mediante protocolo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, nós não fazemos sob protocolo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tudo informal.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Era. Tudo se levava...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A certidão que o senhor está afirmando, a certidão... o senhor já disse que foi baseada na pressão da alegação de que ela era superior ao senhor, não é isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor também já confirmou que, em nenhum momento, ameaçou a senhora... Depois do dia 20, o senhor não teve nenhum tipo de desencontro.



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não! Eu não ameacei, apenas eu questionei com ela sobre o carimbo que ela fez.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - No mesmo dia? No mesmo dia 20?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi. Isso já foi o quê? No dia... Já foi no dia 21 que eu conversei com ela, de tarde.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Depois disso, vocês não tiveram mais nenhum diálogo sobre esse assunto.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Não tivemos, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor, depois do dia 20, teve algum tipo de diálogo com a Dra. Clarice sobre o assunto?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Alguém procurou o senhor, para o senhor declarar... ter moderação no que fala, não comprometer a juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, ninguém falou...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Para o senhor vir aqui, houve alguém que o procurou, para o senhor ter cautela no seu depoimento aqui?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor se sente ameaçado...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... por alguma autoridade do Estado do Pará?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu por enquanto fico satisfeito, e retorno aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pinto Itamaraty) - Para dar continuidade, eu passo a palavra ao Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente e Sr. Relator, nós verificamos que alguém está mentindo. Não sei quem está mentindo. Por isso, eu solicitaria uma acareação dos 2 — do Seu Graciliano com a Dra. Lourdes de Fátima —, para que nós possamos tirar essa dúvida. Porque, no depoimento da servidora Lourdes de Fátima, ela faz uma série acusações com relação ao Sr. Graciliano. Ele desmente tudo isso aqui. As informações desencontradas. Eu acho que uma



acareação resolverá esse problema. Não sei se o Relator acata essa sugestão. Acatando, que nós possamos ter essa acareação entre os 2, para saber quem, efetivamente, vai manter a sua palavra.

Mas, Seu Graciliano, se todo o processo corria na 3ª Vara, por que a Dra. Lourdes foi chamada, se ela é da 1ª Vara da Infância e da Juventude?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Porque os fax que são passados no Fórum... Ela é Secretária da 1ª Vara e ela também é Secretária... da Secretaria do Fórum. Ela acumula 2 funções. E todo fax que é passado é passado através da Secretaria, pelas funcionárias que lá trabalham.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que a Dra. Lourdes trabalha como Diretora do...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Diretora da Secretaria da 1ª Vara. E também acumula a função de Secretária do Fórum, na Secretaria do Fórum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em 2 horários diferentes ou no mesmo horário?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, num horário. A gente trabalha até de noite.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quantos funcionários tem a 3ª Vara?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Na 3ª Vara sou eu e a minha auxiliar.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Só. E agora tem uma menina, pela Prefeitura...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E no Fórum trabalham quantas pessoas, o senhor sabe?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - No Fórum trabalham, mais ou menos, umas 30 pessoas. Não tenho certeza.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Trinta pessoas, mais ou menos.

O senhor falou que foi pressionado pela Juíza, Dra. Clarice. É comum essa pressão? De juízes pressionarem servidores para que eles possam fazer... ou assinar documentos, ou carimbar, para que de fato, se tem alguma coisa contra a juíza, ela não ter qualquer responsabilidade?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Veja bem: não é que sejam documentos fraudulentos, que o juiz pressione o funcionário. Mas o juiz, quando ele determina uma coisa, nós temos de cumprir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim. Mas eu pergunto: é comum essa pressão?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É comum a pressão... de juízes fazerem. Ele quer uma coisa, que se faça mesmo. Não coisas fraudulentas!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu sei.

O senhor responde a um processo administrativo agora, por causa desse fato aí.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Dessa certidão aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Alguma vez o senhor foi chamado à atenção pelos juízes, de algum procedimento que o senhor teria feito e que o senhor recebeu alguma reprimenda, alguma...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Nunca? Nunca recebeu nenhuma punição, nenhuma reclamação.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Só nesse caso, quando o juiz pressionava para que de fato o processo pudesse ter aquela agilidade ou mesmo, no caso aqui, para que de fato vocês assumissem a responsabilidade do processo todo, que entrou... que saiu de Abaetetuba no dia 5 de novembro; depois tem uma... Até está rasurado aqui. Ela teria recebido no dia 5, mas depois tem um despacho: *"Recebi hoje. Ciente. Oficie à Corregedoria de Justiça, conforme requer"*. Assinado pela Dra. Clarice Maria de Andrade, Juíza de Direito da 3ª Vara. Só que, de fato, no dia 8: *"Comarca de Abaetetuba — fax transmitido e confirmado"*. Aí foi rasurado em *"confirmado"* e foi colocado assim, manuscrito: *"Não confirmado, em virtude de estar no automático"*.

É comum esses telefones lá ficarem no automático?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu não sei, porque eu não passo fax.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não, né?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. O fax... Tem as funcionárias lá da Secretaria que passam fax. O ofício foi dado entrada... ele foi feito, esse ofício do delegado, ele foi feito no dia 5, mas eles só deram entrada no dia 7 lá no Fórum, conforme está aí no protocolo.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Mas aí tem um... A data está rasurada.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É. Quando ela rasurou a data, ela mandou digitar esse despacho aí.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - É. Que foi um despacho no dia 7.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E dizendo "*recebi hoje*", dia 7, quando o dia 5... Pela informação aqui, é que ela teria recebido no dia 5.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Eles fizeram o ofício dia 5, mas, se o senhor for ver aí no protocolo do Fórum mesmo, lá no protocolo do Fórum, só foi recebido no Fórum dia 7. Eles só deram entrada no Fórum dia 7.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Tá o.k.

Eu pergunto ao senhor: o seu relacionamento com a Dra. Lourdes de Fátima tem sido um relacionamento conflituoso ou... Como é esse relacionamento?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não! Não tenho conflitos com ela, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Porque ela informou que o senhor teve diversos desentendimentos com ela.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, eu não vejo como desentendimento. O que eu só questioneei com ela foi a questão do carimbo. Mas desentendimento...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas ela disse que, em outros momentos, não neste caso, em outros momentos, o senhor já teria tido alguns momentos de conflito com ela.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olhe, que eu me lembro, não sei, a não ser que ela diga quais foram esses conflitos, porque eu não me lembro de ter tido conflito com ela.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela disse que o senhor fez uma ameaça contra ela, uma ameaça depois desse fato. E a ameaça era: "*Olha, cuidado, porque*



eu tenho conhecimento dos telefonemas que você tem dado para as suas amigas". E que o senhor teria cobrado dela... Daí o senhor falou que estaria grampeado o seu telefone; como o senhor teria informação sobre os telefonemas dela para uma amiga. E, nesse telefonema, o senhor teria dito que ela falara para essa amiga que o senhor estava envolvido com questão de tráfico. Como é que o senhor explica isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu não disse isso a ela, não!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não disse.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não disse isso a ela, não. Nem telefone grampeado... Eu não falei nada disso para ela, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas o senhor disse que o seu telefone estava grampeado.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. O meu telefone, que eu fui saber que estava grampeado, eu não sabia; diz que estava desde o mês de... de abril... desde fevereiro, parece. Eu só fui saber disso em maio. Não sabia nem que estava grampeado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A informação, parece, é que o senhor teria dito: *"Para com isso porque eu sou metido com traficante, e você poderá..."*

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Mentira. Não são verdadeiras as afirmações dela. Eu nunca disse isso aí para ela, até porque eu nunca me envolvi com traficante. Eu não sou de Abaetetuba, eu sou de Belém. Eu não conheço quase ninguém em Abaetetuba. São pouquíssimas pessoas que eu conheço, principalmente traficante.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor disse que D. Lourdes, no momento em que a juíza, no dia... Vinte e dois ou vinte? Que o senhor foi chamado.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Dia do ofício?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Para fazer a certidão?

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi dia 22.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Vinte e dois. Foi nesse dia em que o senhor encontrou a D. Lourdes de Fátima lá, já presente com a juíza e já tendo carimbado o ofício?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi. Quando eu cheguei lá, de tarde, que a Dra. Clarice mandou me chamar, que queria que eu fizesse a certidão, ela estava sentada na frente da Dra. Clarice. Carimbou na minha frente esse ofício, datou, assinou e fez aquela observação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor considera que essa postura da D. Lourdes de Fátima, de querer absolver a juíza, é para colocar a culpa toda em cima do senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olhe, em cima de mim eu acredito que não, porque eu não passei o fax. Em momento nenhum eu passei fax. Eu não sei passar fax; nunca passei fax lá. Eu não sei por que ela carimbou; eu não sei o que elas conversaram. Eu só sei dizer que ela carimbou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ela disse que ela carimbou porque o senhor tinha dito que a juíza tinha determinado isso.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. A Dra. Clarice não me determinou dizer que eu tinha passado o fax, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sim, mas que o senhor teria dito para a D. Lourdes que ela pudesse carimbar, porque isso já tinha sido conversado.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, não. Isso é uma história fantasiosa, da cabeça da D. Lourdes. Não houve isso, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Não houve?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não houve isso, não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor encontra-se afastado, ainda, das suas atividades, ou retornou?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Agora nós estamos esperando quando voltar, para assumir.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Ainda continua afastado?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É. Porque o prazo de afastamento já se expirou dia 14. Como nós tivemos de vir para cá, não voltamos. Só quando nós voltarmos daqui.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, como servidor público que mora... Mora no município ou o senhor apenas...



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, eu tenho de morar lá. É determinação do tribunal.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo. E, durante todo esse tempo, o senhor mora lá em Abaetetuba.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor, alguma vez, tomou conhecimento de que mulheres ficavam presas na única delegacia da cidade?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, até porque, quando... Tinha delegado lá que, quando ele fazia a prisão de uma mulher, ele mesmo transferia e depois só comunicava ao juiz, dizendo que, por não haver condições próprias para estar uma presa do sexo feminino lá... Ele transferia e comunicava ao juiz. No próprio flagrante fazia isso.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E quando havia, por exemplo, quando havia Júri e que mulheres vinham de outros locais, elas ficavam onde?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ficavam na cela do Fórum.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Cela do Fórum?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em nenhum momento elas ficaram na delegacia.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, não. Elas vinham do CRF, que é o Centro de Recuperação Feminino; vinham com as agentes prisionais de lá e ficavam na cela do Fórum, quando não estavam na sessão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E lá existe esse Centro de Recuperação Feminina?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Existe em Belém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em Belém.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Em Belém.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas em Abaetetuba nada. Só a delegacia.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Em Belém é só o Centro de Recuperação; mas só para sexo masculino.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Certo.



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - E no Fórum existe 1 cela para mulher e 1 cela para homem.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - O senhor confirma que o ofício teve origem... foi rascunhado pela juíza, e que foi a Sra. Ana que...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - ... digitou.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... digitou. Confirma isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Confirmando. A Juíza só acrescentou uma frase, porque desse ofício nós já temos modelo gravado no computador. Ela só acrescentou a frase *“conforme solicitado pelo Superintendente Regional do Baixo Tocantins”*, e mandou que eu botasse com a data do dia 7.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Quer dizer que o senhor nega que tenha feito ameaça à D. Lourdes de Fátima.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Nego. A Sra. Lourdes é uma pessoa difícil de relacionamento. Tudo ela diz que ela é ameaçada. Ela falou do outro Diretor de Secretaria, disse que tinha ameaçado ela também, porque ela foi falar que o rapaz chegou bêbado para trabalhar. Queria cortar o ponto do rapaz. Ela já diz que o rapaz ameaçou ela. Ela fantasia as coisas.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Eu queria só... A última pergunta, já que o Presidente, ele fica meio ouriçado quando eu estou falando (*risos*), e isso só acontece comigo. Mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É porque a missa é mais demorada do que o culto, Padre.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Pois é, mas é que nós temos que fazer... As questões todas devem ser feitas.

Eu fiz uma... V.Exa. não estava aqui, mas eu fiz uma sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - De acareação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... de acareação entre os 2, porque...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Está acatada.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - ... há desencontro de informações, e é necessária essa acareação, para que nós possamos ver onde a verdade está.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputada Jusmari Oliveira.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Pronto, Sr. Presidente.

Sr. Graciliano, ao cumprimentá-lo eu gostaria já de dirigir as perguntas que ainda penso que podem nos ajudar a esclarecer melhor esses fatos.

O senhor foi ouvido pela Corregedoria do TJ sobre esse caso, do TJ do Pará?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Fui. No dia que o Corregedor foi ao Fórum, que ele se deslocou com a equipe dele até lá, que entrou no sistema do computador e que constatou que o ofício foi gerado só dia 20, fui ouvido.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Foi ouvido? E, ao ser ouvido pelo Corregedor... Foi pelo próprio Corregedor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O senhor colocou para ele essas mesmas informações que está colocando para nós hoje, aqui na CPI?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, eu coloquei as informações que ele me perguntou.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Que ele perguntou, mas que não diferem destas que o senhor...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É que ele não me fez essas perguntas todas, específicas nisso aí, não é?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas o senhor confirmou a ele que não tinha feito nenhum ofício dia 8, que não tinha passado *fax* nenhum dia 8...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Confirmei para ele, até porque a auxiliar judiciária da 3ª Vara disse que foi ela quem fez o ofício. Está no depoimento. Ela prestou depoimento também.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Essa funcionária é a Ana?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ana Dias. Tanto que, quando o Corregedor foi no cartório, que ele foi na memória do computador, ela que teve de entrar com a senha dela. Porque lá cada um tem a sua senha. Eu não posso entrar no computador dela com a minha senha, nem ela no meu. Então, ela entrou com a senha dela no computador, abriu a pasta do ofício, e eles entraram. Foi no computador dela.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, ela confirmou ao Corregedor isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Confirmou.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Que só fez o ofício no dia 20?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - No dia 20.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Com certeza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Com certeza.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Sobre esse caso. No dia em que estávamos no Pará e ouvimos a Dra. Clarice e ela colocou todo esse cronograma, eu disse até, numa declaração à imprensa: *“Nós já sabemos quem é o culpado. Vai ser o funcionário, o Graciliano. Vai sobrar para ele”*. E, sobrando para o senhor, neste caso, como a própria Fátima de Lourdes colocou aqui, que foi o senhor que foi relapso, foi omissos, não cumpriu com a sua obrigação, colocando então... Não foram essas as palavras que ela disse, mas, no nosso entendimento, colocando a juíza num constrangimento em nível nacional, e realmente ela passou por isso, inclusive na nossa audiência com ela lá no Pará. Qual é ou qual foi... Já foi a sua punição por isso? Esse afastamento que o senhor sofreu já foi a punição pela omissão nesse caso, pelo relapso nesse caso, pela falta de cumprimento do seu ofício, ou o senhor ainda poderá ser punido?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Está na mão do Corregedor, não é?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, esse afastamento que o senhor cumpriu agora não é a punição ainda...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. Tanto eu quanto ela estamos afastados. Não foi. Nós só fomos afastados para responder o procedimento. Ainda não houve punição.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ainda não houve punição.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - E qual seria a punição para o seu caso? O senhor tem conhecimento?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhora.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Eu digo assim a punição para o seu caso porque já está dito por todos que o senhor é o culpado de tudo. Então, em se confirmando, o senhor terá que... Nós vamos... Se o Presidente fizer a acareação entre o senhor e a D. Fátima de Lourdes, acho importante.

O senhor, alguma vez, nesse tempo que a juíza está na Comarca de Abaetetuba, teve algum desentendimento com ela? Qual era o seu relacionamento com ela? Qual é o seu relacionamento com ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olhe, com a juíza, eu nunca tive nenhum desentendimento com ela. Sempre trabalhamos em comum acordo, sempre desenvolvendo bem o trabalho. Ela nunca questionou nada da minha parte. O que apenas ela fazia, que todo juiz faz, é que todo juiz tem um modo de trabalhar, cada um gosta de um jeito. E, nesse jeito dela, ela pedia às vezes para ser modificado, porque ela gosta daquele jeito... Está entendendo? Porque ela pedia. Mas nada que fosse assim uma animosidade, fosse uma briga. Tinha um bom entendimento. Inclusive, a Dra. Clarice, toda segunda-feira, quando chegava, ela chamava os funcionários do cartório, eu, a Ana e a outra moça, que é da Prefeitura e começou a trabalhar agora. Nós nos trancávamos no gabinete dela, nós rezávamos uma parte da Bíblia, nós rezávamos a Ave Maria, depois nos abraçávamos, desejávamos para todos nós um bom dia de serviço. Quer dizer, não vejo motivo disso aí, de dizer que eu tinha alguma animosidade com ela. Nós nos dávamos muito bem, e eu conheço a Dra. Clarice há pouco tempo.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - No dia que fez o ofício, o senhor colocou aí antes, respondendo a outro Deputado que me antecedeu, que ela acrescentou a frase, aquela frase no final do ofício.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É. *“Conforme solicitado pela...”*

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Quem acrescentou? A Juíza ou a Ana?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi ela. Ela ditou para a Ana acrescentar.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ela ditou. Foi ela quem ditou para a Ana.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi a doutora quem ditou.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Nesse momento o senhor estava presente?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava presente.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Porque o ofício foi feito na sua sala?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi feito na Secretaria da 3ª Vara. Ela foi lá, sentou no computador com a Ana...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - A Secretaria é a sala que o senhor fica e a Ana também fica?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O senhor e a Ana ficam trabalhando juntos?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Trabalhando.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O senhor acha que isso a Ana confirma perante esta CPI? Se ela for convocada, ela confirma isso que o senhor está dizendo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela já confirmou, em depoimento para o Corregedor.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ela confirmou em depoimento ao Corregedor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É. Em depoimento. Acho que deve estar aí nos autos. Ela confirma para o Corregedor isso. Ela diz.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - O senhor também presenciou a carimbagem do ofício, no dia 20?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Da transmissão do *fax*?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Da transmissão do *fax*.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu presenciei isso. Eu estava lá no... Ela, na hora que me chamou no gabinete, ela estava lá com a Dra. Clarice.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então, é claro, diante do que o senhor coloca, o senhor afirma que é falsa essa afirmação de que havia um ofício no dia 8 e que esse ofício apenas não foi passado por negligência sua.



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhora. Veja bem: não houve ofício... A qual ofício a senhora se relaciona no dia 8?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Esse que a juíza disse que fez no dia 8.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Esse do pedido da transferência da presa...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - É.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - ... para a Corregedoria?

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - É.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não existe ofício nenhum do dia 8, pedido de transferência da presa para a Corregedoria com data do dia 8. O único ofício que existe pedindo transferência da presa para o Corregedor foi gerado dia 20, que ela mandou colocar com a data do dia 7. Esse do dia 8 não existe.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Então esse despacho também, todo arrumado como se tivesse sido no dia 7 de novembro, em que a juíza coloca o ciente — *“oficie-se a Corregedoria de Justiça”* —, também é falso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi tudo dia... Tudo foi feito dia 19.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Tudo foi feito dia 19 ou dia 30.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - A Fátima de Lourdes colocou aqui, como o Deputado Luiz Couto colocou, que o senhor vem fazendo ameaças a ela, para que ela não coloque a verdade. Segundo ela, o senhor estaria mentindo, a juíza estaria falando a verdade, e ela estaria do lado da juíza. Inclusive ela cita que oficiou ao Juiz Diretor do Fórum de Abaetetuba sobre essas ameaças. Inclusive ela entregou uma cópia desse ofício. O senhor tem conhecimento desse ofício?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não tenho conhecimento. Para mim está sendo surpresa. Agora eu estou sabendo disso. Porque, se ela tivesse oficiado, eu acho que o juiz teria de ter me chamado, ao menos para pedir esclarecimentos, não é? Até hoje não me chamou.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas ela afirma, no ofício que ela nos traz aqui inclusive com o *“Recebido”*, de que ela foi pressionada pelo senhor,



ameaçada pelo senhor, onde o senhor, inclusive, afirma que é integrante de um... de um tráfico de drogas, alguma coisa assim.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olhe, Deputada...

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Que o senhor estaria envolvido com traficantes, por isso seria uma pessoa perigosa.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olhe, Deputada, a D. Lourdes, se a senhora for no fórum da comarca conversar com os funcionários, a senhora vai ver que a D. Lourdes é uma pessoa difícil de convivência. Ela briga com todos os funcionários ali no fórum. Então, ela é muito difícil de convivência. Um tempo atrás ela também fez um ofício, dizendo ela que fez para o Corregedor, não sei se é verdade, dizendo que o funcionário, também Diretor de Secretaria, Marcel, havia ameaçado... havia ameaçado porque ela disse que ia cortar o ponto dele, ele tinha chegado... bebido no fórum. Não sei se ela fez esse ofício. Então, uma pessoa de difícil convivência ... qualquer Deputado de vocês, se vocês aqui quiserem ir ao fórum e conversar com cada funcionário, vocês vão ter a visão certa de quem é a D. Lourdes.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - E a certidão? O senhor não queria assinar a certidão, por que o senhor acabou assinando?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Pela pressão que a doutora me deu, foi ... A única coisa que eu questionei com ela, que ela disse que eu ameacei, foi isso de ela ter carimbado, ter posto esse carimbo no rosto do ofício, dizendo que passou um *fax* dia 8, porque ela sabe que isso não é verdade. E, quando eu questionei com ela, eu disse: "Agora, Lourdes, a doutora está me pressionando a fazer uma certidão que tu sabes que é 'falsiosa', não passaste *fax* dia 8 coisa nenhuma, porque o ofício só foi feito dia 20". É isso. Foi isso o que eu questionei com ela. Ela disse que o problema era da 3ª Vara, não era com ela, que ela não trabalhava na 3ª Vara. Mas eu disse: "Mas você pegou e carimbou".

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Mas a Lourdes é a funcionária de confiança da Dra. Clarice?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela é da ... Não. Ela é secretária do Fórum. Ela trabalha na Secretaria do Fórum.



A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Ah, ela só foi chamada porque esse é o ofício dela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É porque quem... geralmente secretária do fórum é de confiança do Diretor do Fórum, não é? Como a Dra. Clarice estava respondendo pela Direção do Fórum, porque nesse período quando isso aconteceu, o Diretor do Fórum estava de férias, e a Dra. Clarice estava respondendo pela Direção do fórum. Então, ela estava despachando com a Dra. Clarice.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Quando existem os mutirões para soltura, para audiência, para apressar o julgamento de alguns presos que são colocados lá, o senhor acompanha essas audiências dos mutirões?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não. As audiências não acompanho, porque a Dra. Clarice tem a secretária dela para fazer as audiências com ela. Eu fico mais na Secretaria, atendendo advogados, essas coisas, atendendo o público, essas coisas. Então, ela faz as audiências na sala dela, depois ela chama a gente, aquelas pessoas que vão ser liberadas, a gente vai para o cartório expedir alvará de soltura, pede para ela assinar, e a gente vai liberando as pessoas.

A SRA. DEPUTADA JUSMARI OLIVEIRA - Certo. Obrigada.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria perguntar ao Sr. Graciliano sobre essa rasura. O senhor confirma que a rasura foi feita pela Dra. Clarice?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Confirmo, inclusive ela confirmou para o Corregedor — parece que tem aí no depoimento dela. Ela confirma com o Corregedor que foi ela quem rasurou.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, já confirmou. Não foi preciso fazer nenhum exame grafotécnico?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu vou ler aqui alguns textos para o senhor confirmar ou negar. O senhor conhece Francisco Edson Lopes da Rocha?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Francisco...?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Francisco Edson Lopes da Rocha?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Francisco Edson? Não estou lembrado, não sei quem é, não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele passou um *e-mail* para todos os Deputados relativo a esse fato e, em um dos trechos, ele coloca o seguinte:

“Perigo constante rodando a juíza em Abaetetuba. A Dra. Clarice assumiu a 3ª Vara de Abaetetuba no começo do mês de maio de 2007, vindo removida da Comarca de Altamira, a pedido seu; ficou nesta Vara até fevereiro de 2008, quando foi removida, novamente a pedido seu, para a 2ª Vara da Comarca de Castanhal. Ao final do mês de outubro de 2007, já estando a juíza recolhida a seus aposentos, foi procurada no hotel onde morava em Abaetetuba por uma senhora de idade; a juíza, como sempre fez quando se trata de atender jurisdicionados, se vestiu novamente, desceu ao hall do hotel e ouviu uma senhora dizer que havia um processo no fórum em que um parente seu, que era testemunha, tinha sido assassinado, e que o Diretor de Secretaria da 3ª Vara estava envolvido; que ela não tinha ido diretamente ao Fórum cobrar providências por ter medo dele, cuja fama era conhecida como traficante. Ao chegar ao Fórum na manhã seguinte, a juíza chamou o funcionário e pediu o processo. Só depois de muita insistência, ele entregou esse processo — 3 dias depois. Trata-se de um processo sobre tráfico de drogas, onde as vítimas — vejam só: não era só uma pessoa, são 3 pessoas — acusam nominalmente o Diretor de Secretaria da 3ª Vara de ser informante do tráfico de drogas em Abaetetuba. Todos devem imaginar o desconforto e o temor da juíza ao tomar conhecimento disso. O Diretor de Secretaria de uma Vara é um funcionário de confiança do magistrado, cujo cargo tem fé pública, ou seja, o que ele disser é presumidamente verdade. Não é só isso. Praticamente ele é a interface do juiz com a comunidade. Como pode a comunidade tratar com um funcionário judicial dessa importância sabendo que ele é acusado por testemunha num processo de ser parte do crime organizado? A Dra. Clarice perguntou ao funcionário onde estava o processo que ela não vira na correição feita em maio, ao assumir a Vara. Tentando enganar a juíza, o funcionário disse que o processo estava no cartório e que não lhe entregou logo porque sua situação já estava resolvida, pois havia sido aberto um PAD contra ele e que ele havia sido inocentado. Pura mentira, descobriu a juíza. O processo é de fevereiro de 2006, contém um despacho da juíza da época mandando o diretor



da Secretaria, ele mesmo, enviar o processo para a Corregedoria para providências. O que ele fez? Escondeu o processo, descumprindo determinação da juíza da época. É claro que quem não deve não teme. A Juíza Clarice deu um despacho saneador neste processo no dia 1º de novembro de 2007, dando a clara indicação de que iria prosseguir com a apuração”.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Francisco o quê, que o senhor me disse aí?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A pessoa que está denunciando é Francisco Edson Lopes da Rocha.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É o esposo dela, que ela só chama de Edson. Eu não sabia que ele tinha esse Francisco no nome.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que o senhor tem a dizer sobre essa denúncia do Sr. Edson?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olhe, Deputado, ele tem de provar o que ele diz aí, não é? Primeiro, a senhora que procurou ela lá no... no hotel onde ela estava, e ela disse que procurou, não sei... No dia seguinte, ela me disse que uma senhora tinha procurado ela e tinha falado de um processo. Não se trata de processo de droga, não se trata de processo de homicídio, nada... Trata-se de um processo que um funcionário da Prefeitura, ele era cedido para o Fórum e ele trabalhava... trabalhava no Cartório de Distribuição. Era um funcionário que recebia; não era funcionário do Fórum. Ele era cedido da Prefeitura e trabalhava nesse Cartório de Distribuição. Nesse Cartório...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual o nome do funcionário?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É... Francisco Batista. Inclusive ele era filho de um oficial de Justiça que já era aposentado do Fórum e já é falecido, e a mãe dele trabalhava nesse Cartório de Distribuição, Dona Gilce Batista. Quando ela se aposentou, e ele trabalhava no Fórum também, mas ele trabalhava cedido da Prefeitura no Cartório Eleitoral. Então, quando a mãe dele se aposentou, ele ficou no lugar... O juiz da época deixou ele no lugar da mãe dele, no Cartório de Distribuição, onde ele recebia inquéritos, ele recebia armas, ele recebia drogas, certificava, quando recebia da delegacia e passava para os cartórios. Porém, é um rapaz



viciado em drogas, dependente de drogas. E como ele recebia também aquele... aqueles depósitos judiciais de pensão alimentícia... E esse rapaz foi usando esse dinheiro, foi se apropriando desse dinheiro, chegou até a um limite que não deu mais para ele agüentar. Ele largou o cartório lá e entregou na mão do juiz, mandou entregar a chave para o juiz e largou. Então, ele se apropriou de dinheiro de pensões alimentícias, cujo processo ele responde por crime de peculato, se apropriou do dinheiro. Este processo se encontrava na mão do advogado para fazer a fase de alegações preliminares. Várias vezes esse processo foi cobrado do advogado, e o advogado não devolvia. Inclusive todos os juízes que passaram por lá — eu tenho comprovante — me disse que cobraram esse processo do advogado, e ele não devolvia. Ora, quando a senhora foi uma das vítimas dele, que procurou a Dra. Clarice no hotel, não tendo nada a ver com...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Nada a ver com o senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Nada a ver comigo, nada a ver com tráfico de drogas, nada a ver com homicídio. O processo realmente corre pelo cartório, mas estava na mão do advogado. Então, esse processo... Quando ela falou comigo, eu disse: “Dra. Clarice, está aqui os ofícios. Já foram cobrados várias vezes o processo do advogado. Só a senhora pode tomar providências”. E ela determinou que eu entrasse em contato com o advogado. Eu disse para o advogado: “Se, em 48 horas, o senhor não devolver o processo, Dr. Renato Mauecher” — o advogado —, “a Dra. Clarice vai entrar com uma representação contra o senhor junto à OAB e vai pedir busca no seu escritório, porque o senhor já está com esse processo há muito tempo, o senhor já foi intimado várias vezes e o senhor não devolve”. E ele devolveu o processo. Isto está lá... Foi esse o processo...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A que o senhor atribui a atitude do marido da juíza? É tentando desqualificar o senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ele está querendo o quê? Defender a esposa dele. Ele está querendo... Como é que ele fala uma coisa dessa, se ele não é nem do Fórum? Ele deve provar o que ele fala.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Vou ler mais 3 declarações. Tem aqui no relatório do Dr. Constantino Guerreiro... Ele relata aqui uma declaração da Dra. Clarice, que diz o seguinte: “*que, após tomar conhecimento pela imprensa dos*



fatos, e que somente após a repercussão do caso da manutenção de uma mulher em cela juntamente com homens, foi que insistiu na apresentação do ofício, tendo o diretor da Secretaria” — que é o senhor — “asseverado haver confeccionado e apresentado à magistrada, já que o teria assinado, e o servidor enviado, mediante fax, à Corregedoria no dia 8 de novembro de 2007”.

O senhor nega isso aqui? Nega ou confirma?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Nego, não são verdadeiras.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Há uma outra declaração aqui, já sua, que diz assim: *“Por sua vez, o diretor da Secretaria, Graciliano Chaves, alega que ao deixar o ofício com pedido de transferência em mão da magistrada, em 7 de novembro de 2007, somente voltou a ver o ofício do Superintendente da Polícia no dia 20 de novembro de 2007, quando a própria magistrada, reclamando de não ter sido alertada da urgência do pedido, sentou-se juntamente com a servidora da Secretaria Ana Dias e ajudou a confeccionar o ofício, com pedido de autorização de transferência à Corregedoria” — isto no dia 20 de novembro de 2007. “Afirma ainda que” — é o senhor —, “por ordem da Dra. Juíza, Dra. Clarice, fez constar no ofício data retroativa à 7 de novembro de 2007, declaração esta confirmada pela servidora Ana Maria Dias Rodrigues, auxiliar da 3ª Vara”.*

O senhor confirma?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Confirmo.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por último, a Sra. Lourdes de Fátima declara o seguinte: *“Vale ressaltar que a servidora Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata, Secretária do Fórum de Abaetetuba, colocou o carimbo de transmissão do Ofício 1395, datado do dia 7 de novembro de 2007, somente no dia 20 de novembro de 2007. Entretanto, fez constar a data de 8 de novembro de 2007, fato confessado em suas declarações, alegando contudo que o fez de boa-fé, pois acreditou no diretor de Secretaria da 3ª Vara Criminal, Sr. Graciliano Chaves Mota, que afirmava inclusive, na frente da Dra. Clarice, que havia efetuado a transmissão do fax e que apenas a Secretaria do Fórum havia se esquecido de certificar a transmissão”.*

O senhor confirma?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não é verdade, porque nós não passávamos *fax* de lá. Inclusive nesse procedimento, no procedimento administrativo que foi instaurado contra nós, no depoimento dela lá, ela diz que sabia que eu não sabia passar *fax* e sabia que nunca me viu ir na Secretaria passar *fax*. Aí, ela conta outra história. Mas, já nesse último, que ela viu que não ia seguir em frente essa história que ela diz aí, que eu disse para ela que tinha passado o *fax*, que ela carimbou, confiando em mim, que carimbou, e disse porque eu tinha dito para ela que tinha passado o *fax*, ela viu que não ia confirmar mais isso, não ia mais prevalecer, ela conta lá, no próprio depoimento dela lá, do PAD, ela conta a verdade. E, outra coisa, Deputado: passei, no dia 8, passei até às 8h, 8h30min da noite com a juíza em plenário do júri.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, satisfeito. Ratifico aqui o pedido do Deputado Luiz Couto de fazer a acareação e solicito também que seja ouvida a Sra. Ana Dias e mais o Vice-Diretor da penitenciária, que esteve com a juíza no dia 13, discutindo com ela a transferência da referida menor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Acato a solicitação do Relator e determino à Secretaria da Comissão que tome as devidas providências.

Nós vamos encerrar este depoimento e vamos fazer neste momento a acareação entre o senhor e a Sra. Fátima Rodrigues.

Estamos aguardando a chegada dela aqui. (*Pausa prolongada.*)

Neste momento nós vamos fazer uma acareação entre o Sr. Graciliano Chaves da Mota e a Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata a respeito dos fatos ocorridos na cidade de Abaetetuba, o episódio envolvendo a prisão irregular de uma jovem por nome Lidiane.

Os 2 prestaram depoimento na Corregedoria de Justiça do Tribunal do Estado do Pará, depoimentos contraditórios. Em depoimentos prestados a esta Comissão, os mesmos manifestaram o mesmo depoimento. Resta dúvida para a Comissão, e nós vamos neste momento indagar à Sra. Lourdes e ao Sr. Graciliano Chaves da Mota.

Sra. Lourdes Maria de Fátima, a senhora afirmou a esta Comissão que, no dia 20 de novembro, foi solicitado ao gabinete da juíza, Dra. Maria Clarice, para bater



um carimbo em um ofício que estava de posse do Diretor da 3ª Vara da cidade de Abaetetuba. A senhora confirma isso?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O que eu falei, excelência, é que eu fui chamada pelo Diretor de Secretaria, Sr. Graciliano, na sala da juíza. E quando, depois, eu fui à sala... ele foi me chamar na minha sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ele foi a sua sala?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Na minha sala chamar, porque a juíza queria falar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Falar com a senhora.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem estava mais na sala da juíza? A senhora e mais quem?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Só eu, ele e a juíza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E aí?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - E a secretária estava na ante-sala de audiências.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A juíza estava em pé ou sentada?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - A juíza estava sentada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E o Sr. Graciliano, estava em pé ou sentado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ele estava em pé, ao lado... ao lado da mesa da juíza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Na sala, havia mais alguém, além dos 3?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, só nós 3.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Só os 3.



Quem foi que pediu à senhora para bater o carimbo no ofício com data retroativa a dia 8 de novembro?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Quem falou que eu havia esquecido de bater o carimbo foi o Diretor de Secretaria, Sr. Graciliano. E ainda eu perguntei, indaguei para ele quem havia confirmado na Corregedoria o ofício. Ele falou que não houve confirmação da Corregedoria, porque o *fax* estava no automático.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E quem pediu à senhora para bater o carimbo?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, só para ajudar, seria conveniente que o senhor fizesse a pergunta para ela e, se ela negasse, que fizesse a pergunta para ele, ao invés de fazer tudo para ela e depois para ele. Ela está dizendo que foi ele que a chamou; ele disse que quando chegou ao gabinete já a encontrou. Então seria bom contrariar o...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Vou acatar a sugestão do Relator.

A Sra. Maria de Lourdes afirma que o senhor foi à sala dela buscá-la, dizendo que a juíza havia chamado os 2 para estar na sala dela. Isso ocorreu?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não ocorreu. Não é verdadeiro isso. Quando eu cheguei do almoço, a Dra. Clarice mandou me chamar no cartório, na Secretaria da 3ª Vara. Queria falar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem foi chamar o senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - A Dra. Clarice interfonou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Interfonou para a 3ª Vara?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Interfonou para o cartório, que queria falar comigo. Eu tinha acabado de chegar do almoço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Aí o senhor foi até a sala dela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu fui. Estava lá a D. Lourdes com ela, sentada na frente dela.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - O senhor chegou, e ela já estava na sala?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Já estava lá na sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E, nesse momento... A Dona Lourdes afirma que o senhor disse que esqueceu de bater o carimbo... que ela havia esquecido de bater o carimbo no ofício que foi mandado por *fax*. Isso é verdade?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não é verdade, não. Até porque eu não passo *fax*, e ela sabe disso. E, também, como no dia 8 eu ia passar algum tipo de *fax*, se eu passei o dia inteiro no Tribunal do Júri com a doutora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, ele está faltando com a verdade, porque ele foi me chamar na minha sala e, quando eu adentrei na sala da Excelentíssima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Quem estava na sala da senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Quem estava na minha sala era eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mais quem?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ... e não sei dizer qual da... se era a estagiária...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mais alguém viu o Sr. Graciliano ir lá na sala chamar a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Só deveria estar... Eu não lembro, não recordo se estava a estagiária ou a outra funcionária do cartório, mas ele...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora estava na sala com quem?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu estava na minha sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Com quem?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Só eu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora trabalha sozinha lá?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. A minha sala é uma sala... ela é ampla. Na frente fica a atendente, e a minha sala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o nome da atendente?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ... tinha a estagiária Luzielma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela estava lá na hora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu não me recordo se nesse momento ela estava, mas eu estava na minha sala, atrás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu sei, mas a atendente... Todas as pessoas que querem falar com a senhora têm que passar pela atendente?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - É. Ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Correto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Alguém tem como chegar até à senhora sem passar pela atendente?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Tem, porque é livre o acesso. A atendente fica aqui, eles entram qualquer hora na minha sala.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim, mas a atendente, com certeza, teria visão de quem entrou lá para falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A atendente estava lá na sala com a senhora ou não estava?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No horário da manhã, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, no horário que a senhora está falando que ele foi lá chamar a senhora.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Estava. A atendente era a estagiária Luzielma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Ela estava na sala?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Na sala, na frente, no telefone, na faixa do telefone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - E ela, com certeza, viu ele entrando?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu acredito que sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Sim. O senhor esteve na sala, o senhor viu essa atendente lá?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, senhor, excelência. Primeiro, que o horário que eu fui lá com a Dra. Clarice, quando ela me interfonou, eu estava chegando do almoço, era por volta de umas 15h. Que eu fosse no gabinete dela, que ela queria falar comigo. Eu cheguei no gabinete, estava a Dona Lourdes sentada com ela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Mais quem?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Só as 2 sentadas. A Dra. Clarice sentada, e ela sentada na frente da Dra. Clarice. Carimbou o ofício, carimbou no *fax*, no ofício, a transmissão do *fax*, assinou. Foi aí que a Dra. Clarice pediu para mim que eu tinha de confeccionar uma certidão, dizendo que o *fax* tinha sido passado dia 8. Foi isso o que ocorreu. Ela sabe disso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria perguntar para a Sra. Lourdes com quem estava o ofício que era encaminhado ao Corregedor. Estava com a juíza, estava com a senhora ou estava com o Sr...?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, estava com ele o ofício. Esse dia que ele disse que foi às 3h da tarde no gabinete da Juíza foi no dia anterior, em que a Juíza mandou dar vários telefonemas chamando, que ele tinha saído para o almoço.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com quem estava...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ele está faltando com a verdade. Eu estou falando o que aconteceu. Ele quer jogar a culpa para cima de mim. Entendeu?

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Com quem estava o ofício, Sr. Graciliano?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - O ofício estava em cima da mesa da Dra. Clarice. Eu tinha chegado do almoço. Esse telefonema que ela disse que a Dra. Clarice me deu vários telefonemas, que eu não fui para o almoço, isso já foi no dia 22, quando ela quis que eu assinasse a certidão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Posterior?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Posterior. Não foi dia 20. Dia 20, o ofício estava em cima da mesa do gabinete da Dra. Clarice.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Mais ou menos umas 15h.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só perguntando para a senhora: que horas o Sr. Graciliano foi a sua sala dizer à senhora que a Juíza queria falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi próximo de meio-dia. Ele foi à minha sala e ele mente quando ele diz que foi 3h da tarde, porque não foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para a gente compreender aqui. Foi mais ou menos ao meio-dia?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor foi ao meio-dia na sala... no gabinete dela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não fui ao meio-dia. A Dra. Clarice, entre 11h30min e o meio-dia, ela estava no cartório confeccionando esse ofício com a Da. Ana Dias.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas a senhora encontrou o Sr. Graciliano no gabinete da juíza com a certidão na mão?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, se a Corregedoria detectou que esse ofício foi confeccionado entre 11h, como é que ele afirma que foi 3h da tarde? Às 14h, no final do expediente — e eu tenho provas, vocês... V.Exas. podem ver nos autos, o comprovante dos Correios. Quando ele foi, já tinha posto o carimbo, quando ele foi me entregar a correspondência para remeter no Correio, pedindo para mim se não dava para eu postar com data atrasada, porque a juíza tinha pedido isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Isso a que horas? Isso foi no gabinete da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, foi na minha sala já. E eu continuo afirmando que eu, quando cheguei na sala da meritíssima, ele estava.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para a gente compreender aqui. A senhora disse, no seu depoimento, que o Sr. Graciliano foi à sua sala lhe comunicar que a juíza queria falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi me chamar para ir à sala da juíza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Aproximadamente 10 minutos depois, a senhora se dirigiu à sala da juíza. E, ao chegar lá, já encontrou o Sr. Graciliano e a juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Exatamente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A que horas a senhora chegou ao gabinete da juíza e estava o Sr. Graciliano com o papel na mão?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi próximo de meio-dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Próximo de meio-dia.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Quando eu cheguei lá, a juíza estava sentada na cadeira dela, ele estava em pé de posse do documento. E, quando eu vi a doutora perguntar se era aquele mesmo ofício que ele



havia passado para a Corregedoria, e ele afirmou, disse a hora exata, que foi no dia 8, às 16h. E o Tribunal do Júri funciona... Não é ele que fica digitando, é a secretária do juiz, e ele tem total liberdade para se dirigir a qualquer lugar, inclusive ao cartório. Então, ele está faltando com a verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A que horas o senhor afirma que, ao chegar no gabinete da juíza, a Sra. Lourdes já estava?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Deputado, o ofício foi pelo Correio no dia 20. Por aí o senhor vê. No dia 20, quando a Dra. Clarice mandou postar o ofício pelo Correio... Este ofício foi mandado mais ou menos às 14 horas lá para a Secretaria para passar, Não foi o que você disse?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi ele que levou o ofício em mãos.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Então, por aí o senhor vai ver que o ofício que foi postado pelo Correio, que ela mesmo diz, às 14 horas ele não estava carimbado com a transmissão de *fax*. O ofício foi carimbado com a transmissão de *fax* mais ou menos às 15 horas, na hora que cheguei, que a Dra. Clarice mandou me procurar no cartório. Interfonou-me, eu fui lá aonde estava a D. Lourdes com o carimbo e carimbou. Por aí se vê que o ofício que foi para a corregedoria pelos Correios — que ela mesmo diz que foi às 14 horas — ele não estava carimbado com o carimbo de postagem de *fax*. Após isso, às 3 horas, quando eu cheguei, que a Dra. Clarice me chamou no gabinete dela, ela estava sentada na frente da Dra. Clarice com a carimbeira e o carimbo de postagem de *fax*.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Então, o senhor confirma que, ao chegar, a Juíza estava sentada, e ela estava em frente...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - E ela em frente à Juíza. Em nenhum momento eu fui chamado lá na Secretaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...e o ofício estava em cima da mesa?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Estava em cima da mesa da Dra. Clarice.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Já estava carimbado?



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela carimbou nessa hora que eu cheguei.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Carimbou na sua frente?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É, na minha frente.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora confirma que a senhora carimbou na frente...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, ele estava com o ofício assinado. Não foi... Só um ofício que ele tinha. O que eu carimbei na Secretaria não foi o mesmo ofício que ele postou. Eu gostaria que ele tivesse dignidade de falar a verdade dos fatos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu queria só perguntar sobre ameaça, Sr. Presidente. A senhora confirma que a senhora foi ameaçada pelo Sr. Graciliano?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Confirmando. Confirmando que ele entrou na sala da informática, onde eu estava...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Qual foi a data?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - No... Foi no dia que eu... Não lembro a data. Está no meu documento aqui. Inclusive, eu entrei em contato com a juíza corregedora. Ela pediu que eu fizesse... que... Ela perguntou se eu queria providências da corregedoria e me aconselhou, inclusive, a não sair tarde do prédio do Fórum, a mudar a minha rotina. O senhor pode confirmar. E quanto à minha palavra, o senhor... V.Exas. têm total liberdade para perguntar para qualquer juiz aos quais eu fui subordinada qual é o meu exemplo de trabalho, que eu sempre procurei agir corretamente. Se ele estivesse falando a verdade, eu sou pessoa suficiente para assumir os meus erros e dizer que realmente o que ele disse aconteceu. Mas isso não foi verdade, ele está faltando com a verdade.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O que o senhor tem a dizer sobre a ameaça, Sr. Graciliano?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - É mentira, Excelência! É mentira! A mesma coisa ela disse que o outro funcionário ameaçou ela! O Secretário da 2ª Vara, o Sr. Marcelo! Não sei mais quem ela disse. Ela acusou uma faxineira de ter ameaçado ela por telefone. Todo mundo ela acusa de ter ameaçado ela. Excelência,



se os senhores forem no Fórum, conversar com os funcionários, conversar com o pessoal da segurança, com certas faxineiras do Fórum e perguntarem a conduta de D. Lourdes... Eu não vou nem lhes dizer aqui. Vão lá e falem com eles, que eles vão lhes dizer a conduta de D. Lourdes. É uma pessoa difícil, briga com todo mundo, discute. Desde a segurança do Fórum, funcionárias da segurança do Fórum, policiais militares femininas entregaram o cargo, saíram de lá porque não agüentaram. Então, façam uma pesquisa lá no Fórum. Vão lá no Fórum, conversem com esses funcionários, conversem com essas pessoas. Não digo eu, já que ela tem essa... Ela tem animosidade comigo, não eu tenha animosidade com ela. Então, só porque eu questioneei D. Lourdes por causa desse carimbo do fax...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora confirma que ele reclamou para a senhora pelo fato de a senhora ter feito... aposto o carimbo do fax?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, isso não é verdade. O que ele está dizendo é uma grande mentira. Acontece que eu fui colocada na Secretaria do Fórum pela hoje juíza corregedora, que pode atestar minha idoneidade. Por quê? Porque os servidores do Poder Judiciário não estavam cumprindo horários, chegavam a hora que queriam, saíam a hora que queriam, e por esse motivo ela me colocou na Secretaria. E porque tais atitudes prejudicaram a eles, que estavam acostumados... Dia de sexta-feira batiam o ponto, não iam trabalhar. Pode ir lá. As atitudes que eu tomo, como Secretária do Fórum, são atitudes que me são determinadas pela direção. Eu já falei para vocês, para V.Exas. que a minha vida está lá aberta. Não é isso o que diz a Corregedoria de Justiça na última correição que foi feita em outubro. Se me permite, Excelência, eu poderia ler? A Corregedoria, às considerações gerais e finais, realizadas em outubro de 2007, diz: *“Cumpre registrar a boa organização geral do fórum. Todos os cômodos se apresentam limpos e bem arrumados. Denota-se o capricho dos servidores como também a boa administração por parte dos juízes, diretores do Fórum, e da Secretária, Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata. Realmente, atraiu-nos atenção o ótimo nível de qualidade das atividades exercidas pela Secretária do Fórum, e o fato de centralizar todos os assuntos administrativos, liberando assim os magistrados para sua função precípua, que é a prestação jurisdicional.”* Então, vocês podem procurar saber. Todos os juízes aos quais eu fui subordinada, hoje,



alguns desembargadores, o que eles vão dizer. Porque eu combato. Eu sou uma funcionária pública que visto a camisa do Judiciário, que vou para trabalhar. Tenho hora para entrar, não tenho hora para sair. E muitos se sentem prejudicados porque não estavam cumprindo devidamente a sua função.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só para ser mais objetivo. O senhor confirma que não foi ao gabinete dela dar recado para a juíza, para ela se dirigir ao gabinete da juíza.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora confirma que ele foi no seu gabinete pedir para ele...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Confirmando, Excelência. Confirmando.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas ele foi no seu gabinete?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Próximo de meio-dia, porque o ofício foi digitado, segundo a Corregedoria...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Tá. É só para ser objetivo. A senhora confirma que ele, próximo do meio-dia, ele foi no seu...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi no meu gabinete.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ...na sua sala, pedindo que a senhora atendesse a um chamado da juíza.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas o senhor foi chamado ao gabinete da juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Era por volta de 15 horas, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - 15 horas.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Ela tinha chegado do almoço.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas a senhora foi no gabinete da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Foi pela manhã, Excelência.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que horas?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Próximo de meio-dia. Tanto que ele diz que chegou 15 horas, como é que eu... Ele me entregou o ofício às 14 horas. Ele me entregou o ofício para que eu postasse no Correio, e queria que eu postasse o ofício com data atrasada.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Quanto tempo a senhora levou do gabinete ao gabinete da juíza, depois que ele lhe comunicou do chamamento da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Uns 10 a 15 minutos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Por que a senhora demorou tanto tempo assim para um chamado tão urgente da juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Porque geralmente ela me chamava no gabinete, só que, às vezes, eu estava num telefonema ou atendendo a alguma outra coisa. Não ia de imediato.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ele lhe disse o que que a juíza queria falar com a senhora?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, em momento algum. Ele só me chamou... que eu me dirigisse à sala da juíza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora levou já... Ao sair do cartório, já levou o carimbo?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, senhor. Depois que ele disse que eu tinha esquecido de postar, eu fui à minha sala, apanhei o carimbo e carimbei na sala da juíza.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É verdade que ela saiu da sala da juíza para apanhar o carimbo?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - O carimbo estava em cima da mesa da juíza, o carimbo e a carimbeira. Quando eu cheguei lá, já estava lá.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu me sinto...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Agora, claro que o carimbo ela pegou lá na Secretaria dela, porque o carimbo é de lá da Secretaria.



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu me sinto decepcionada com um colega de trabalho que está aqui a falar inverdades.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - O senhor tem conhecimento se depois do dia 20 a juíza teve algum tipo de diálogo, alguma conversa com a senhora Lourdes de Fátima?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Até no dia em que a Corregedoria esteve lá no... No dia que o corregedor entrou no sistema, lá na memória do computador, e descobriu que o ofício foi... só foi gerado dia 20, nesse dia, ele escutou só eu e a D. Ana Dias. E aí a Corregedoria foi embora, só voltou... Isso foi na segunda-feira, só voltou na quarta-feira. Logo após a Corregedoria sair e ir embora, ela se trancou com a Dra. Clarice na Secretaria do Fórum. As duas ficaram trancadas lá.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que dia foi que a...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Inclusive ela passou a chave na porta da Secretaria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Que dia foi que a Corregedoria foi embora?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.. A Corregedoria foi numa segunda-feira, numa segunda-feira. Aí foi embora na segunda-feira, já de noite, umas sete e pouco, eu acho, da noite, e voltou na quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Você lembra qual o dia do mês?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Hein?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Qual o dia do mês?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Deixa eu ver... Segunda-feira... Foi no dia 26, numa segunda-feira.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Dia 27 a Sra. Lourdes de trancou na sala...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, não. No próprio dia 26 à noite.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - À noite. A senhora confirma isso, que a senhora, depois que a Corregedoria concluiu seus trabalhos, a senhora se trancou na sala com a Dra. Clarice?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso não é verdade, Excelência. Eu... A partir do momento em que a Corregedoria detectou a fraude que eles praticaram, eu fui orientada pelo juiz corregedor que eu tomasse outras medidas em relação à Secretaria à transmissão de *fax*. E eu, por questão de precaução, uma vez que ele já tinha cometido essa falsidade, eu tomei a precaução de fechar a Secretaria do Fórum e comuniquei ao juiz diretor que eu não iria mais receber, porque a Terceira Vara ela sempre deixa para entregar na Secretaria do Fórum os documentos após o expediente. Então, eu a partir daí, do que a correição determinou, eu passei a trancar a Secretaria, e não o recebia. Tanto que ele foi se queixar para o juiz ao qual ele era subordinado, porque eu me recusei a receber um ofício que ele queria passar para a Corregedoria, e eu recusei a receber, e disse para ele que eu não ia, e comuniquei... e pedi desculpas ao juiz, pelo fato de eu não estar recebendo após o horário, que foi uma decisão da Corregedoria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora nega ou confirma que houve reunião com a juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu nego. E vocês podem confirmar o que eu estou dizendo com o meu Juiz-Diretor, Dr. Adriano, e com o Dr. Sérgio, que na época respondia pela Terceira Vara.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Graciliano, tem alguém que tem conhecimento dessa reunião da Dra. Lourdes com a juíza?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Nós, do cartório, vimos; a Ana Dias Rodrigues viu; viram ela depois que a Corregedoria foi embora, ela se trancou com a Dra. Clarice, sim, na sala, lá na sala dela. Quanto a esse ofício que ela diz que eu fui levar para ela passar, foi um ofício que o juiz da Terceira Vara que mandou passar o *fax* para a Corregedoria. Ela disse para mim que não ia mais passar *fax*. E eu só comuniquei para o juiz, não foi para ela: "*Olha, ela não está mais autorizada a passar, conforme ela disse, fax*".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dra... Deputado Luiz Couto.



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora falou que o Sr. Graciliano a ameaçou e usou uma expressão dizendo: *“Pare que eu tenho ligação com o crime de traficantes, e pode acontecer...”* A senhora confirma isso?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O que ele... O que eu declarei aqui perante a direção do Fórum foi que ele, na sala da informática, disse para mim que eu tivesse cuidado com os meus telefonemas, que eu o estava acusando de estar em ligação com traficantes, o que isso não é verdade, Excelência. Porque o que está aqui no meu ofício foi o que aconteceu, e teve servidora lá que ouviu a nossa discussão, que ele falou alto e bom som no corredor, que a mídia estava ali mesmo, que eu fiz aqui no meu ofício...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É no corredor ou na sala?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Ele... Primeiro, ele trancou a porta da sala da informática, depois, eu disse que eu não queria saber de conversa com ele, porque ele havia mentido, havia me enganado. Tanto prova que ele me enganou que a própria Corregedoria, quando mandou abrir o procedimento, disse que eu não agi de má-fé. E, sim, Excelência, não fui que prestei uma certidão falsa. Sendo detentora de fé pública, não fui eu que coloquei no papel uma certidão falsa, e, sim, ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acha que a certidão é falsa?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Acho não, eu tenho certeza, uma vez que a Corregedoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Se a certidão é falsa, se a certidão é falsa, se a certidão é falsa... A senhora está dizendo que a certidão é falsa. Para a certidão ser falsa, as informações que ele prestou ali não são verdadeiras. A informação que ele prestou ali é que ele havia emitido um ofício no dia 8 e foi passado por *fax* no dia 8. E que esse ofício na verdade não havia sido feito no dia 8, dia 20. Se a senhora atesta que ele assinou uma certidão falsa é porque a senhora reconhece que a juíza também mentiu. Porque, para ele assinar uma certidão falsa, dizendo que passou um documento dia 8 que tinha sido feito no dia 20, aí está a falsidade. E se realmente o documento foi emitido dia 8, mas foi



feito dia 20, a data que foi retroativa é a única forma de ele ter assinado a certidão falsa. Porque, o que ele atesta na certidão?

Cadê a certidão? Por favor, Assessoria, para a gente ler o que diz a certidão.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, enquanto não chega, eu posso perguntar ao Sr. Graciliano?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Graciliano, o senhor fez essa ameaça à Sra. Lourdes de Fátima?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Eu não fiz ameaça nenhuma, Deputado! Ela não foi ameaçada de nada. Quando a gente conversa com a D. Lourdes, qualquer problema que a gente conversa com ela, ela diz logo que ela é ameaçada. Logo ela diz que ela é ameaçada, que ela está sendo ameaçada. Isso é costumeiro dela. Ela acusou outro diretor de ter ameaçado. Ela acusou até a faxineira do Fórum de ter ameaçado ela. Tudo ela diz que ela é ameaçada. Então, não entendo qual é o problema dela. Todo, todo, todo local de trabalho tem divergência dos funcionários um com outro, tem aquelas divergências, mas não chega ao ponto de uma ameaça.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Dra. Lourdes, a certidão diz o seguinte — certidão que ele assinou, que a senhora disse que a certidão é falsa, que ele assinou certidão falsa: *“Certifico, para os devidos fins, que, por ordem da Juíza Dra. Clarice Maria de Andrade, Titular da 3ª Vara dessa Comarca, foi passado pelo telefone fax nº 091 3205-3543 à Corregedoria das Comarcas do Interior o Ofício nº 1.395, de 2007, solicitando a transferência da presa Lidiane de Silva Prestes, e após que fosse remetido pelos Correios, certifico também que foi feito, sendo que no dia 8/11 foi passada via fax a referida solicitação, cuja transmissão não foi confirmada em face de o aparelho telefônico se encontrar no automático e na data do dia 20/11 foi encaminhado via Correios.”*

A senhora disse que a certidão que ele fez é falsa. A certidão ele fez para concordar com a juíza.

Ao afirmar que a certidão é falsa, a senhora não estaria também dizendo que a juíza estava mentindo?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Excelência, não sou eu que disse aí nos autos que a certidão era falsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Não, a senhora falou que era falsa.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Eu falei baseada no que a própria Corregedoria diz, que a certidão é falsa. E, com base no que a Corregedoria disse é que eu estou dizendo, que não fui eu que fiz essa certidão. Ele declara na certidão o que eu fiz. Se V.Exas. pegarem os meus depoimentos perante o nosso juiz corregedor quando ele detectou a fraude e perante o PAD, os meus depoimentos não mudaram em nada. Eu confirmei todos os meus depoimentos. Ao contrário do meu colega, Sr. Graciliano. Que, junto da Corregedoria...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Mudaram sim, porque no seu depoimento a senhora disse que sabe que eu não passava fax. A senhora mudou porque sabia que a história do fax ia cair por terra.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Excelência, eu posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora chegou a dizer que realmente o Sr. Graciliano passava fax lá na Vara?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Não.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Agora é que ela diz.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Eu não disse, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Espera aí. Por que ele não passava fax?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Excelência, eles são unânimes em dizer, todos os funcionários do cartório, inclusive no PAD, um estagiário, antes do Meritíssimo Juiz fazer a pergunta, ele já estava dando a resposta, que todos são unânimes em dizer que ele não sabe passar fax.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora já viu ele passando fax alguma vez?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Não. A questão não é saber passar o fax. A questão é a informação de que o fax não foi passado, porque ele pode não saber passar fax, mas os funcionários da Secretaria da qual ele é titular sabem passar fax, e passam fax, sim, na Secretaria, e os fax são passados no gabinete do Juiz, e em outros gabinetes. Não são só na Secretaria do Fórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acredita que o relatório feito pelo Desembargador Corregedor de que a certidão é falsa é um relatório verdadeiro?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Com certeza. Foi apurado, foi o que ele apurou. Foi o que ele apurou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Tá. O relatório também do Corregedor diz o seguinte: "*Relatório. Note-se que, em diligência no microcomputador da serventia da 3ª Vara Judicial, a Comissão Sindicante localizou o arquivo referente ao pedido de autorização de transferência, e procedendo à análise da propriedade do arquivo, constatou que este foi utilizado no dia 20/11.*"

Quer dizer, no arquivo do computador, no disco do computador, está gravado que o ofício foi feito no dia 20/11. E nele também está lançada a data retroativa a 7/11. Então, ele está dizendo o seguinte: que no computador também está gravado, lá no disco. Aqui não tem ninguém para depor a favor ou contra. Está gravado. Não tem como o disco do computador dizer que alguém falsificou ali. Aqui é a máquina. Está gravado. Está gravado que o ofício foi feito no dia 20/11, e está lá gravado também que a data é retroativa a 7/11. Ou seja, sem correspondência à data de sua utilização no editor de texto, o que demonstra a não veracidade da certidão do Diretor da Secretaria.

O disco também atesta que a certidão não é verdadeira. Esse fato não é negado também por ele. Ele diz que os dados da certidão são falso mesmo, mas que ele colocou os dados constantes na certidão sob pressão da juíza. Ele não confirmou que os dados da certidão são verdadeiros. Ele disse que os dados da certidão não são os dados reais.



O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Deputado, só o que não é real aí — o resto tudo é real —, só o que não é real aí é a data do dia 8 de novembro ter sido passada por *fax*. O resto é tudo correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então aqui ficam as informações prestadas e os dados gravados. Aí diz o seguinte: "... *o que demonstra a não veracidade da certidão. Acostado nas informações prestadas pela meritíssima de que o pedido havia sido enviado por fax no dia 7/11, tendo o próprio servidor, em suas declarações perante a Comissão, admitido ter lançado fato falso na certidão a pedido da Juíza*".

Para nós não fica dúvida de que ele admitiu que lançou fato falso a pedido da Juíza. E para nós não fica dúvida de que o ofício foi feito no dia 20 com data retroativa, porque está no relatório do Corregedor.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Agora, se o Corregedor está falando a verdade, como é que a senhora atesta que bateu o carimbo num documento com data retroativa, tendo em vista que esse documento realmente foi feito no dia 20?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Eu não estou dizendo, Excelência, que esse documento foi feito no dia 20. Eu carimbei com data do dia 20. Só no dia 26, quando a Corregedoria chegou na Comarca, é que eu fui tomar conhecimento que esse ofício havia sido digitado no dia 20. E não no dia 8, como me fizeram crer que foi no dia 8.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, a senhora tem certeza de que foi no dia 20 mesmo? O ofício foi feito no dia 20, não foi no dia 8?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Tenho certeza...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora está convencida de que o ofício foi feito no dia 20 e não no dia 8?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Foi no dia 20, com base nas informações que me foram repassadas pelo nosso corregedor. É



claro que, entre crer numa palavra de um servidor e da Corregedoria, é claro que eu vou concordar com o que a Corregedoria colocou no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, se o ofício foi feito no dia 20 e a senhora reconhece que foi feito no dia 20, reconhece que possivelmente tenha sido enganada, colocando um carimbo retroativo, o disco do computador comprova que foi feito no dia 20. Agora, a Juíza insiste que fez no dia 8 e assinou no dia 8. Quem está errado? A Juíza ou o Desembargador?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Excelência, eu acho que, se o Corregedor chegou a essa conclusão, é porque ele teve bases concretas para poder dar esse parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora acha que está com a razão o Desembargador, então?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - Eu creio que sim. Eu não vou contestar o meu Desembargador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Então, está bom.

Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - D. Lourdes, a senhora, no dia, no ofício que é emitido no dia 7 de novembro, a senhora assina dizendo: "*Fax transmitido e confirmado*" riscou confirmado e aí botou "*não confirmado em decorrência...*"

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATO - "*Em razão de estar no automático*".

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora disse que o pessoal de lá sabe resolver essa questão, se está automático, de passar esse *fax*. Por que esse *fax*, e a senhora assinou dia 8/11. Ou seja, por que a senhora assinou um *fax* no dia 11 se a senhora sabia que esse *fax* não tinha sido emitido naquele momento?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, como eu falei em todos os meus depoimentos: eu, no dia 20, não sabia que esse *fax* havia sido redigido nessa data. Eu só tomei conhecimento de que o *fax* foi redigido no dia 20 através da Corregedoria de Justiça, o que eles poderão confirmar que quando eles estiveram na minha sala me indagando do porquê eu ter apostado um carimbo dizendo que o *fax* havia sido transmitido no dia 08, quando foi detectado no computador que esse ofício só foi redigido no dia 20... Até então, eu não tinha



conhecimento. Para mim foi colocado como se realmente o *fax* tivesse havido... realmente sido passado no dia 8. Foi o que me fizeram crer, que foi passado no dia 8. Quer dizer que só através do meu corregedor é que fui saber que não era verdade. Isso aí os juízes corregedores podem afirmar e o douto corregedor de justiça pode afirmar que eles mesmos, todos os 3 foram a minha sala indagar e me dizer que esse documento só havia sido digitado no dia 20.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A senhora falou também que o juiz corregedor, no dia 26, ao ouvi-la sobre o processo disciplinar, que ele teria dito para a senhora ter cuidado, e a senhora começou a ter cuidado com relação...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - O Corregedor, Desembargador Constantino, me orientou durante meu depoimento — isso não foi constado nos autos porque foi uma orientação que ele me deu pessoal, para a administração —, me orientou que, a partir daí, eu tomasse cuidados, que eu abrisse o livro e nesse livro eu colocasse o telefone... a data, o número do telefone, o número para onde foi transmitido o *fax* e por quem foi confirmado.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Mas eu estranho, D. Lourdes, que um corregedor que está num processo administrativo disciplinar, que a pessoa está sob investigação, que ele tenha dito um negócio desse. Se disse, agiu incorretamente, porque ele teria que falar isso depois de concluído o processo administrativo, dando as razões e algumas indicações de como é que deveria agir. Então, eu fico olhando e vendo que... Quer dizer, um corregedor que está lá para investigar, para apurar a denúncia de que... tanto da senhora como do Sr. Graciliano, tenha agido dando uma orientação para a senhora, que estava afastada.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, Excelência. No momento, eu não estava afastada. Quando ele me deu essa orientação foi quando ocorreu o caso na mídia, que saiu toda a reportagem de que eles chegaram na comarca no dia 26 e foram fazer... justamente tomar os depoimentos e quando foi periciado o computador. Eu ainda não estava afastada. Eu fui afastada somente dia 13 de dezembro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Olha, aqui é do corregedor. Aqui diz: *“Determinei nesta data a abertura do processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos e de sua responsabilidade, do Sr. Graciliano Chaves da Mota e*



Lourdes de Fátima Rodrigues Barbagelata, e o imediato afastamento de suas funções pelo prazo de lei.” Ou seja, no momento em que ele esteve lá para fazer essa auditoria, essa investigação, já estava determinado que a partir dali a senhora estava afastada, como ele também estava afastado. E aí, se houve essa informação do juiz corregedor, eu estranho que ele tenha feito isso, porque aí teria extrapolado naquele momento a sua atribuição. Ele poderia fazer isso depois quando da conclusão do processo, dando informações e orientando como deveria agir aquele Fórum.

Mas, Sr. Presidente, eu pergunto ao Sr. Graciliano: o senhor nega que tenha feito ameaça e de que tenha dito que o senhor era vinculado a traficante e que ela parasse porque teria... poderia ter alguma coisa contra ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Fiz ameaça nenhuma! Em nenhum momento eu fiz ameaça a ela!

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Em nenhum momento? Sr. Presidente, eu vejo que, mesmo com a acareação, verificamos que as duas pessoas, D. Lourdes e o Sr. Graciliano, continuam negando e confirmando algumas das informações. Eu acho que só um detector de mentira vai identificar quem é que está falando a verdade. Porque, na realidade, tem verdades e tem mentiras. Agora, o fato é que não temos informações se naquele dia o *fax* estava no automático. É possível verificar se isso estava ou não. Porque, se não estava no automático, alguém mentiu ao informar que não foi feito o repasse do *fax* porque havia um problema, quando é dito que todos aqueles que estavam lá sabiam como processar para que o *fax* pudesse chegar ao seu destino. Então, é algo meio estranho. Eu ainda fico preocupado. Algumas questões foram desvendadas. É claro que as perguntas foram feitas, mas nós verificamos que ali nós temos que ouvir a Sra. Ana Dias ou outra pessoa que for indicada pelas duas pessoas, pelo Sr. Graciliano e pela Dona Lourdes, que possam confirmar ou não algumas informações aqui reveladas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Deputado Domingos Dutra.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Só queria perguntar a Sra. Lourdes: A senhora sabe onde foi redigida a comunicação ao corregedor pedindo a transferência da menor?



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, Excelência. Eu só tomei conhecimento de que foi redigido na Secretaria da Terceira Vara através do juiz corregedor.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Foi o juiz corregedor quem redigiu?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, o juiz corregedor que me comunicou. A questão que o Deputado colocou aqui — por que a corregedoria determinou nosso afastamento e deu aquela orientação —, ele, quando foi apurar os fatos, foi no dia 26 e a portaria determinando a abertura do PAD foi redigida pela Corregedoria no dia 6 de dezembro de 2007 e nós fomos chamados no Tribunal de Justiça, no gabinete do corregedor, para recebermos toda a documentação e que iríamos responder o processo. Está aqui a portaria, que é a 175/2007, determinando os servidores para que... concedendo aqui... para abrir o PAD. Então, nós só fomos afastados do trabalho no dia 13 de dezembro de 2007 e a orientação que eu tive da Corregedoria foi no dia 27, quando eu fui ouvida perante a Corregedoria.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu só queria perguntar para a senhora: A senhora está afirmando que a respeito da declaração que está sendo objeto dessa polêmica, a senhora soube através da Corregedoria?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Isso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eles falaram onde foi feita, onde foi redigida essa declaração?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eles estiveram na minha sala, como eu já falei, o desembargador com os 2 juízes corregedores. Eles estiveram e a juíza corregedora, Dra. Sílvia, diante lá de outros funcionários, ela foi com o corregedor na minha sala e disse: "*D. Lourdes, como é que a senhora atesta a transmissão de um fax que só foi redigido no dia 20?*" Então, foi neste momento, no dia 26, que eu tomei conhecimento de que esse ofício havia somente sido redigido no dia 20.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas falaram para a senhora aonde esse ofício foi redigido, se foi no gabinete da juíza, se foi no gabinete do ...



A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, eles disseram que foi detectado no computador da Secretaria da Terceira Vara.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eles falaram para a senhora quem foi que redigiu?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Eles só perguntaram o motivo pelo qual eu havia carimbado com data retroativa um documento que só havia sido redigido naquele dia.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É, depois do dia 20 a senhora teve alguma conversa com a Sra. Ana Dias sobre esse assunto?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, com a Ana, assim, eu não tive conversa, nada, a respeito do assunto. Com a própria juíza eu tinha um relacionamento de, de... como ela era diretora do Fórum, eu tinha acesso, como tenho acesso a qualquer gabinete, converso com ela, conversava com ela como profissional e jamais sendo induzida por alguma coisa, porque eu acho que independente de tudo isso eu tenho um bom relacionamento com qualquer juiz.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu não estou nem perguntando sobre a indução, eu pergunto para a senhora porque nós sabemos que nós temos uma cultura que quando acontece qualquer fato, principalmente fatos relevante, em qualquer lugar as pessoas comentam. Agora mesmo está aí o caso da menor, da Isabella. Eu acho que a senhora também deve estar comentando: "*Quem foi que matou Isabella?*" A senhora comenta ou não comenta?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Comento.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - A senhora pergunta ou não pergunta para algum colega ou algum vizinho?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu lhe pergunto: o que eu acho estranho é que um fato que teve uma repercussão tão grande naquele momento, mesmo passados os primeiros momentos dessa declaração, nenhum dos senhores ou das senhoras terem conversado com colegas de trabalho, terem voltado a conversar com a juíza, conversado com os outros juízes, com a promotora, com a defensora pública sobre o fato em si. Parece-me que... Do jeito que a senhora fala, é como se esse fato não tivesse muita relevância, que não despertou nenhum tipo de



curiosidade nem de preocupação. Vocês não conversaram nada mais dentro do Fórum, nem com colegas, nem com juiz, nem com promotor, nem com a Defensoria pública sobre o fato em si?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, o que ocorre é que realmente teve grande repercussão, inclusive dentro do Fórum. Só que diante de tudo isso, da mídia, de tudo isso que estava atingindo a nós, como Poder Judiciário, como funcionários.... A gente nesse momento não, não, não reflete, entendeu? Não reflete assim...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Ou vocês se resguardaram com medo de falar alguma coisa e prejudicar...

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, a gente não reflete...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - ... a si mesmo ou terceiro.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - ... Por exemplo, eu, na questão... Quando eu apostei aquele carimbo, eu, eu simplesmente deveria ter consultado a corregedoria para saber se realmente esse ofício havia sido transmitido, e seria o correto. Mas eu confesso que naquele momento eu não pensei, diante da correria das coisas, diante da mídia, diante de tudo isso, eu não pensei e cometi esse ato. Mas em hipótese nenhuma de querer prejudicar, principalmente a Corregedoria, como a imprensa noticiou que nós tentamos ludibriar. Não foi isso. A Corregedoria atestou que eu não agi de má fé.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, por último, eu pergunto para a senhora: entre o dia 20 de novembro, que a senhora colocou o carimbo a pedido do Sr. Graciliano, e o dia em que a senhora prestou depoimento para o Desembargador Constantino Guerreiro, a senhora teve alguma conversa com a juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, conversava normal...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, sobre esse acontecimento não falaram mais nada?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não, ela sempre dizia que ela não, não era do conhecimento dela que essa menor estivesse,



estivesse numa cela com homens. Foi isso que ela me colocou quando, quando eu questionei depois que a Corregedoria veio e comprovou que o ofício havia sido feito. Eu questionei isso, o porquê de terem me passado essa informação de que o ofício só havia sido redigido nessa data.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Graciliano, entre o dia 20 e o dia que o senhor prestou depoimento, você se lembra a data — para o Dr. Constantino?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi no dia 26.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Seis dias após.

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - É, o senhor teve alguma, algum despacho, falar, o senhor falou alguma vez com a juíza sobre esse assunto?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Olha, após o primeiro depoimento no dia 26...

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Não, eu estou perguntando entre o dia 20, que foi o dia que estava o senhor, a senhora Lourdes de Fátima e a juíza Clarice, e o dia que o senhor prestou depoimento para a Comissão de Sindicância, o senhor despachou alguma vez com a Dr. Clarice, ela lhe fez algum tipo de sugestão, lhe fez algum pedido ou não tocaram mais no assunto?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, não, não, ela... os despachos, veja bem, não eram comigo; eu mandava para o gabinete, ela depois assinava lá, era mais com a secretária dela que fazia os despachos.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Mas o senhor não teve mais... entre os dias 20 e 26, o senhor não teve mais nenhum tipo de diálogo com a Dra. Clarice?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não, o diálogo que nós fomos tendo foi do... dia 20 ela fez o ofício, aí dia 21, aí foi dado o carimbo do *fax*, aí dia 21 ela começou a pedir a certidão. Como eu não fiz a certidão, ela mesmo rascunhou, Aí, quer dizer, nós não tivemos diálogo sobre isso. Nós já fomos ter esse diálogo já no dia 22, de tarde, quando o Sr. Marcelo ia levar esses documentos que a Corregedoria estava exigindo.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - E no dia 22 ela voltou a pressionar o senhor?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Foi no dia 22 que eu chamei, que eu falei, que eu interfonei para ela, que ela foi lá no cartório da 3ª Vara, na Secretaria, e que nós conversamos e que eu disse que essa certidão não poderia ser assinada porque o teor era cioso, que não tinha passado dia 8, que houve toda essa pressão aí.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Do dia 22 ao 26, você não teve mais nenhum contato com ela?

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Não tive mais contato com ela.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente, eu acho que a... com o depoimento da Sra. Ana Dias e com o Vice-Presidente da penitenciária eu acho que esses fatos poderão ficar mais claros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Eu quero finalizar lendo a conclusão do Juiz-Corregedor sobre o caso, Desembargador-Corregedor:

“Registro, para ciência deste Conselho, que contra o diretor da Secretaria da Terceira Vara, o Sr. Graciliano, e a Sra. Lourdes de Fátima Rodrigues, determinei nesta data a abertura de processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos de sua responsabilidade e imediato afastamento de suas funções pelo prazo da lei.

Assim, não resta dúvida para o órgão correicional que a Dra. Clarice Maria de Andrade, Juíza de Direito da Terceira Vara da Comarca de Abaetetuba, tomou conhecimento do inteiro teor do ofício da Superintendência Regional do Baixo Tocantins, em que era solicitada providência, em caráter de urgência, para transferência da presa, e que forneceu à imprensa e à Corregedoria de Justiça informação incorreta com relação às providências tomadas, especificamente ter garantido ao Exmo. Sr. Corregedor de Justiça das Comarcas do Interior que havia solicitado autorização de transferência



de fax, quando agora resta comprovado tal medida não ter sido tomada, conforme declarações da própria Magistrada e Diretor de secretaria, constante do termo de declaração acostado nos autos desta sindicância administrativa.”

A própria juíza, em depoimento prestado à Corregedoria, assume que não tomou realmente nenhuma providência para passar o fax. Então, para nós, que resta aqui, que vale, essas informações. É lamentável que algumas informações não tenham sido prestadas a essa Comissão com a veracidade merecida, mas também para nós não resta dúvida de que o fato está perto de ser esclarecido, depoimento da D. Ana Dias. Se confirmado o que ela já falou no relatório, de que redigiu o ofício no dia 20, junto com a Magistrada, para nós, se ficar confirmada essa versão, a versão apresentada pela senhora vai cair por terra e vai prevalecer a dele. Então, não resta dúvida. Se a Ana Dias confirmar o que ela disse no relatório para o Corregedor, que ela sentou com a juíza no dia 20 para redigir o texto no dia 20, com data retroativa do dia 7, vai ficar prevalecendo a versão do Sr. Graciliano e não a da senhora. Eu ...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Excelência, eu posso falar um... Excelência, veja bem. Eu não quero prejudicar, aqui para prejudicar ninguém, só que cada um aí tem que assumir a sua responsabilidade. Em momento algum eu me furtei da minha responsabilidade. Eu assinei aquela certidão sabendo que aquilo ia ser uma coisa irregular, tanto que eu ponderei com a Dra. Clarice o que eu pude ponderar, o que eu pude ponderar. Ela só faltou me agredir. Ela estava em total desespero. Ela chorava. Eu fiquei com medo de ela me denunciar na Corregedoria, tanto que, após assinar essa certidão, eu disse para a D. Ana Dias, para minha escrevente. O meu estagiário diz isso no depoimento dele. Eu fiquei realmente deprimido de ter assinado aquilo ali, porque eu estava receoso, eu estava com pena do Corregedor, porque queriam imputar uma responsabilidade em cima dele que ele não tinha nenhuma. Naquele momento que a Dra. Clarice deu o despacho, no dia 19, assinando o ofício como dia 8, depois rasurando para o dia 7, nunca me passou pela cabeça que ela fosse fazer um ofício daquele para o Corregedor. Eu pensei que ela fosse justificar o erro, o esquecimento, não digo relaxamento. Não vou dizer isso,



porque acho ninguém iria fazer isso de propósito. Ela não tinha motivo algum para fazer isso de propósito, a Dra. Clarice, até porque é muito trabalho na 3ª Vara. Então, ela não tinha motivo. Por que ela teria motivo de não pedir uma transferência da presa para deixar a presa naquela situação de risco? Aquilo foi um esquecimento. Foi um detalhe que ocorreu, um fato lamentável, mas ela esqueceu, como qualquer ser humano. Então, eu esperei que ela comunicasse isso para o Corregedor e que justificasse a atitude dela quanto a isso; mas, não, ela fez diferente. Foi fazer este ofício com a minha escrevente. Ela se exime da responsabilidade de dizer que não deu o carimbo. Como ela não deu o carimbo, se ela se tranca numa sala com a Dra. Clarice? Por que, então, às escondidas? Vocês aqui, Deputado, quando cai na cabeça de alguém, eu faço um documento. Depois de 12 dias, eu vou com uma pessoa dar um carimbo aqui, só para justificar, e o senhor dá um carimbo numa coisa sabendo se foi feito ou não. Ora, se fosse para carimbar, certificar um fax, eu tenho fé pública. Eu não precisava ir com D. Lourdes: *"carimba aqui para certificar esse fax aqui."* Eu mesmo carimbava e certificava que tinha passado o fax, já que eu tenho fé pública. Eu não precisava ir com ela pedir carimbo. Bastava eu certificar que tinha passado o fax, sem precisar de carimbo nenhum, porque tenho fé pública. Eu não preciso do carimbo de uma secretária. É aquilo que eu digo: cada um tem que assumir sua responsabilidade. Em momento algum eu me furtei a assumir minha responsabilidade, porque eu sabia o que eu tinha feito. Eu não sabia que ia dar toda essa confusão, que ia dar toda essa repercussão aí, mas eu sabia que tinha feito uma coisa irregular, sim. Não sou eu agora a chegar aqui cinicamente, na maior cara-de-pau, e dizer: olha, eu não tinha consciência do que eu fiz aqui. Não, eu tinha, sim. Eu sei que dia 08 não foi passado fax, porque dia 20 foi feito o ofício, como a D. Lourdes deve assumir também que deu carimbo no seu fax. Não venha com a história de dizer que eu fui pedir para ela 12 dias depois. Se eu quisesse certificar, eu não precisava disso, porque eu tenho fé pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - A senhora confirma ou não confirma que sabia que estava dando um carimbo num documento errado?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Excelência, eu contesto. Vou continuar contestando a versão dele. Os depoimentos que estão



nos autos, nenhum me acusou de nada, e, claro, que vai prevalecer, como o senhor disse, a apuração dos fatos, ouvindo Ana Maria. Claro que todos os funcionários que vão depor aqui, que estão dizendo a versão dele, são todos funcionário da Secretaria dele, nenhuma pessoa da minha Secretaria. Então, claro que vai ficar a verdade dele, pode prevalecer a verdade dele, mas, se vocês forem pesquisar no meu trabalho, ele veio aqui lavar roupa suja, ao dizer da minha administração, porque eu coíbo muitas coisas. Agora, eu gostaria que V.Exas. perguntassem para os juízes, se comparecessem no Fórum, para ver o meu trabalho. No meu cartório e na Secretaria, eu sento no computador, eu passo o dia inteiro trabalhando, não importa a hora. Entro de manhã e saía 10, 11 horas da noite e cumpria minhas obrigações, e ele, como diretor de Secretaria, quem faz todo o trabalho praticamente da secretaria é a senhora Ana Maria, que é a auxiliar dele...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA -... e os juízes para os quais ele já trabalhou sabem: ele nunca entrou na sala de audiência para fazer uma audiência. Ele não vai para o computador digitar nada. Agora, simplesmente, vem querer dizer, perante V.Exas., querer se passar...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Deputado, se é por elogio de juiz, todos os juízes que trabalharam comigo podem pedir sobre minha conduta para eles.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - A minha vida está aí para V.Exas...

O SR. GRACILIANO CHAVES DA MOTA - Um bocado deles me deram declarações: advogados, promotores, juízes.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu gostaria de falar, porque ele falou e eu não o interrompi.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sra. Lourdes, a senhora afirmou o seguinte: que as pessoas que podem vir depor aqui, como são subordinadas ao Sr. Graciliano, poderão dar depoimentos favoráveis a ele em função da subordinação.

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Com certeza, Excelência.



O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Eu posso concluir também que tanto a senhora como eles agiram porque são subordinados à Juíza?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Eu agi... Eu vou continuar, Excelência. Eu não vim aqui para mentir. Eu não estou aqui para proteger Juíza nem Juiz e nem para acusá-los, mas já que ele começou as acusações infundadas dele, entendeu? Eu não estou aqui... Eu não quero defender Juíza. Eu não vou defender a Juiz, porque a juíza tem o advogado dela, tem documentos. Ela que prove a inocência dela. O que me resta é que eu vim aqui convocada. Eu vim prestar o meu depoimento que eu dei perante a Corregedoria. Se vocês quiserem me colocar num detector de mentiras, eu vou continuar dizendo a mesma coisa. Eu sou mulher de uma palavra só. Eu não fico jogando meus erros. Se eu cometi um erro, eu agora assinei, coloquei, errei, sim. Errei porque eu confiei na palavra de um funcionário que detém fé pública, como eu. Então, jamais eu poderia imaginar que ele estivesse mentindo. Então, por isso eu assinei. Continuo afirmando... Chamem, V.Exas. têm todo o direito de apurar a verdade; eu quero que seja apurada, tanto que, na minha defesa, aqui, eu coloquei, perante a minha defesa para a Corregedoria: a indiciada tem absoluta certeza de que não agiu com o intuito de beneficiar quem quer que seja e muito menos criar algum problema para a Corregedoria do interior, a cujos componentes declara todo respeito e admiração, sabendo do exercício de tarefas bem difíceis e complexas, quase sempre desagradáveis, em caso, elogiáveis as atitudes adotadas por aquela Corregedoria, compreendendo a necessidade delas, haja vista o estrito cumprimento de seu dever. Igualmente, há de se compreender a árdua tarefa da Comissão de Processo Disciplinar em busca da verdade, o que, de certa forma, a deixa tranqüila porque, indubitavelmente, na seriedade de seus componentes. E o que eu posso dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - É de quem esse parecer?

A SRA. LOURDES DE FÁTIMA RODRIGUES BARBAGELATA - Não. Isso aqui é a minha defesa, que eu fiz perante o PAD, e que estou colocando aqui na mão da Corregedoria, que eu tenho certeza de que vai apurar os fatos e vai dizer quem realmente mentiu. É isso que eu quero. É isso que eu quero.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) – Nós agradecemos ao Dr. Graciliano, à Sra. Lourdes de Fátima, que estão conosco aqui na Comissão,



prestando depoimento. Ainda vamos tomar o depoimento da Sra. Ana Dias, posteriormente, para concluir esse caso.

Nós queremos declarar encerrado esse depoimento. Amanhã teremos uma audiência para votação de requerimentos, em horário e local a serem definidos pela Secretaria da Comissão. Vamos estar debatendo amanhã também o episódio ocorrido ontem, na cidade de Mato Grosso do Sul, onde houve uma tentativa de soltura, de capturação de alguns presos do presídio de segurança máxima, onde houve um tremendo tiroteio. É um presídio localizado na fronteira mais perigosa do tráfico, praticamente, do mundo. Nós queremos saber por que os maiores traficantes do Brasil estão na fronteira mais perigosa do tráfico do mundo? É uma área vulnerável, com certeza. Queremos debater com o DEPEN por que os maiores traficantes, como Abadía e outros, como Fernandinho Beira-Mar, estão presos na fronteira com os países que apresentam os maiores riscos para o tráfico internacional.

Com certeza, o episódio ocorrido ontem poderia se transformar até num episódio muito mais calamitoso para o sistema prisional, porque, na verdade, estamos colocando ali as galinhas na boca do lobo, e os lobos estão todos na divisa do Paraguai com Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Queria só convidar ou convocar a Consultoria para amanhã... Era para hoje, mas hoje, em função do adiantado, para amanhã, às 8:30 da manhã a gente sentar para a gente ir avançando no relatório. O nosso tempo, cada dia que se passa, diminui. Já temos um roteiro do relatório pronto. Já há muitas matérias, fora as visitas. Só faltam essas audiências. Queremos amanhã, às 8h30, com a Consultoria, avançar na feitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neucimar Fraga) - Declaro encerrada a reunião e agradeço a todos pela presença.